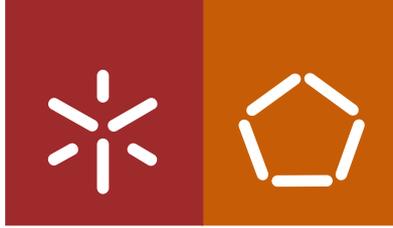




Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Fábio Rodrigues Viana

**Avaliação do processo de Adesão e
Implementação da Zona de Intervenção
Florestal de Monção (ZIF de Monção)**



Universidade do Minho

Escola de Engenharia

Fábio Rodrigues Viana

**Avaliação do processo de Adesão e
Implementação da Zona de Intervenção
Florestal de Monção (ZIF de Monção)**

Dissertação para obtenção de grau mestre
Mestrado Integrado em Engenharia Biológica
Ramo de Tecnologias do Ambiente

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Madalena Alves

outubro de 2014

DECLARAÇÃO

Nome: Fábio Rodrigues Viana

Endereço electrónico: frvm1690@hotmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13773805

Título dissertação: Avaliação do processo de Adesão e Implementação da Zona de Intervenção Florestal de Monção (ZIF de Monção)

Orientador(es): Doutora Madalena Alves

Ano de conclusão: 2014

Designação do Mestrado: Mestrado Integrado em Engenharia Biológica – Tecnologias do Ambiente

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 11/12/2014

Assinatura: _____

Agradecimentos

Gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais, por me terem possibilitado a oportunidade de concluir este mestrado e esta mesma tese. Sei que exigiu algum sacrifício (familiar, económico e pessoal) da parte deles daí o meu especial agradecimento.

Em segundo lugar agradeço à Agresta, Associação de Agricultores do Minho, direção e todo o corpo técnico envolvente, pela amabilidade de me terem concedido a oportunidade de realizar com eles o meu estágio curricular e me terem ajudado nas tarefas diárias na empresa bem como na realização deste mesmo trabalho. Destacaria os nomes, pelo apoio que me deram em algum momento do estágio, de: Dr. João Aroso, Eng.º João Gonçalves, Eng.º Miguel Reis, Eng.º Filipe Reis e Dr.ª Joana Costa. A todos eles um muito obrigado por terem contribuído para o meu enriquecimento quer a nível pessoal como a nível profissional.

Em terceiro lugar agradeço às minhas orientadoras de estágio: professora Madalena Alves e Eng.ª Cátia Esteves, esta última orientadora no seio da associação, por se mostrarem sempre disponíveis para colaborar na redação desta dissertação.

Por fim agradecer a todos os meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram para que tenha chegado a esta fase da minha vida profissional.

Resumo

A floresta portuguesa representa uma grande extensão do território português (cerca de 40%). Simboliza um património riquíssimo em termos de vida e biodiversidade, indispensável para que exista harmonia entre Natureza e a vida na Terra. Tem um papel fundamental na realização da fotossíntese fixando o carbono atmosférico e renovando o oxigénio. Fornece às populações locais recursos naturais renováveis, desde que a sua exploração seja feita de forma ordenada e sustentável. Representa um importante fator de crescimento socioeconómico.

Quer para fins de ordenamento de território quer para a gestão dos recursos naturais é de extrema importância o desenvolvimento de modelos de referência, bem como de estratégias de gestão florestal de modo a conhecer o coberto vegetal primitivo (natural) para poder desenvolver métodos de valorização do território.

Apresenta-se como principal dificuldade na aplicação de políticas ambientais e económicas o facto da maioria das áreas pertencer a proprietários e produtores florestais privados. No caso concreto do concelho de Monção, acresce ainda como entrave a divisão em pequenas frações de terrenos (mini-parcelas) e dificuldades ao nível de acessibilidades. Para ultrapassar estas limitações surge em 2005 o conceito de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

Neste estudo é avaliado o processo de adesão e implementação da ZIF de Monção e são analisados os resultados dos inquéritos destinados aos proprietários/produtores florestais aderentes.

Pretende-se desta forma avaliar o progresso da Zona de Intervenção Florestal, apresentar os seus principais constrangimentos e apontar as medidas e soluções que se revelam imperativas para o seu desenvolvimento.

Abstract

The Portuguese forest represents large extension of the Portuguese territory (about 40% of the total). It symbolizes a rich and varies heritage as far as life and biodiversity are concerned, which is an indispensable requirement for a balance between Nature and life on Earth. The forest holds a key role in occurrence of the photosynthesis by trapping the carbon in the atmosphere and renovating the oxygen. Furthermore, the forest provides the local populations renewable natural resources, on the condition that the exploitation of these resources is done in an orderly and sustainable manner. The Portuguese forest thus plays a significant role in the socioeconomic growth of the country.

Whether it is for land or natural resources management and planning, the adoption of reference models is of the utmost importance. In addition, forest management strategies are also required in order to make the original topsoil more familiar to technicians, whi in turn may favour the development of methods whose aim is to increase the value of the territory.

The main hindrance in the application of environmental e economic policies derives from the fact that most of the land belongs to private landowners and producers of forest products. In the specific case of Monção, there are two additional difficulties: the fact that the territory is very much fragmented in mini-parcels as well as the poor accessibility. With the purpose of overcoming these limitations a special regulation was passed in 2005, the ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) determining areas for intervention in the forest.

In the current study, the process of adhesion and implementation of the ZIF in Monção is evaluated, and the results of the questionnaires directed at the landowners and the producers of forest producers are also analyzed.

The objective of the study is to evaluate the progress of the ZIF, present its main obstacles e suggest the measures and solutions that the author of the current study believes are key to its development.

Índice

1. O Estágio	1
2. Introdução	2
2.1. O que é uma ZIF?	3
2.1.1. Plano Específico de Intervenção Florestal	5
2.1.2. Plano de Gestão Florestal	5
3. ZIF de Monção	6
3.1. Enquadramento Geográfico, Administrativo e Social	6
3.2. Identificação da Exploração, Proprietário e Gestor	9
3.3. Orientações e Condicionantes dos Instrumentos de Ordenamento	10
3.3.1. Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	11
3.3.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho	11
3.3.3. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	13
3.3.4. Plano Diretor Municipal	13
3.4. Servidões e Restrições de Utilidade Pública	15
3.4.1. RAN	16
3.4.2. REN	17
3.4.3. Rede Natura 2000	18
3.5. Caracterização da População	18
3.5.1. População Residente	19
3.5.2. Índice de Envelhecimento	20
3.5.3. Taxa de Analfabetismo	21
3.5.4. População por setor de Atividade	22
3.6. Caracterização Biofísica	23
3.6.1. Clima	23
3.6.1.1. Precipitação, Nevoeiro, Orvalho e Geadas	23
3.6.1.2. Temperatura	23

3.6.1.3.	Vento	24
3.6.1.4.	Humidade relativa do ar	24
3.6.2.	Declives	25
3.6.3.	Exposição Solar.....	26
3.6.4.	Hidrografia	26
3.7.	Caraterização Ecológica.....	26
3.7.1.	Fauna	27
3.7.2.	Flora	28
3.7.3.	Habitats.....	29
3.8.	Uso e Ocupação do solo.....	29
3.8.1.	Uso e Ocupação do solo Florestal	30
3.9.	Análise do Histórico dos Incêndios florestais.....	31
3.9.1.	Grandes Incêndios	34
4.	Inquérito de Adesão e Participação na ZIF de Monção.....	35
4.1.	Contextualização.....	35
4.2.	Metodologia	36
4.3.	Resultados obtidos	37
4.3.1.	Caraterização Social e Demográfica da Amostra.....	37
4.3.2.	A adesão com a totalidade ou parte das parcelas situada na área da ZIF.....	38
4.3.3.	Número de Parcelas com que aderiu à ZIF	38
4.3.4.	Principais tipos de parcelas segundo o uso agroflorestal do solo e espécies florestais mais representativas	39
4.3.5.	Prática Agrícola ou Florestal nas parcelas e contratação de Empresas/Particular para limpeza ou manutenção	40
4.3.6.	Motivos para a adesão à ZIF Monção	40
4.3.7.	Parcelas afetadas diretamente por incêndios nos últimos 5 anos, e em caso afirmativo, qual a predominância de uso destes solos	41

4.3.8. Confiança quantos aos benefícios de adesão à ZIF e benefícios já obtidos com a adesão.....	42
4.3.9. Informação acerca dos direitos e deveres dos aderentes	43
4.3.10. Interesse num futuro próximo em entregar a gestão das parcelas à Entidade Gestora.....	43
4.3.11. Satisfação com o processo de adesão e participação na ZIF	44
5. Discussão de resultados	44
5.1. Considerações Finais	48
5.2. Sugestões para futuras investigações	49
Referências Bibliográfica.....	51
Anexo A- Listagem de Prédios Rústicos e Respetivos Proprietários.....	53
Anexo B – Carta de Restrições de Utilidade Pública.....	60
Anexo C – Acções Compatíveis na REN (declaração de retificação nº 63B/2008)....	61
Anexo D – Carta de Declives.....	66
Anexo E – Carta de Exposições Solares.....	67
Anexo F – Carta Hidrográfica.....	68
Anexo G – Mapa de uso e ocupação do solo.....	69
Anexo H – Carta dos Grandes incêndios na área Territorial da ZIF Monção (1990-2010).....	70
Anexo I- Inquérito de Adesão e Participação na Zona de Intervenção Florestal de Monção.....	71
Anexo J – Apresentação dos resultados da análise dos inquéritos realizados aos proprietários aderentes à ZIF Monção.....	74

Índice de Figuras

Figura 1 - Delimitação da área da ZIF e as suas respetivas Freguesias	6
Figura 2 - Mapa da região Norte (NUT II) e respetivas sub-regiões (NUT III).....	7
Figura 3 - Localização do PROF AM: Fonte: PROF do Alto Minho	12
Figura 4 - Percentagem de população empregada por sector de atividade nas freguesias abrangidas pela área da ZIF Monção e no Concelho.....	22
Figura 5 - Diagrama Ombrotérmico do Concelho de Monção (Estação meteorológica de Monção/Ceivães correspondente ao período 1967-1990).	24
Figura 6 - Área ardida e nº de ocorrências do Concelho de Monção (1980-2000).	32
Figura 7 - Área ardida e nº de ocorrências do Concelho de Monção (2001-2010).	32
Figura 8 - Área ardida das freguesias da ZIF Monção (2001-2010)	33
Figura 9 - Motivos para a não adesão com a totalidade das parcelas situadas na área abrangida pela ZIF.....	38
Figura 10 - Número de parcelas com que aderiu cada proprietário/produtor.....	39
Figura 11 - Tipos de parcelas segundo o uso Agroflorestal	39
Figura 12 - Existência de parcelas afetadas diretamente por incêndios nos últimos 5 anos	42
Figura 13 - Percentagem de indivíduos que conhecem os seus direitos e deveres enquanto aderentes da ZIF	43
Figura 14 - Interesse na entrega por inteiro da gestão das propriedades à Entidade Gestora	44

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Freguesias, área abrangida, nº de parcelas e nº de artigos.....	9
Tabela 2 - Freguesias e áreas do regime de Cogestão e ou Administração direta dos Baldios	9
Tabela 3 - Representatividade dos prédios rústicos em função da área	10
Tabela 4 - Eixos estratégicos do PNDFCI.....	11
Tabela 5 - Tabela síntese de delimitação e composição das categorias do solo rural ...	15
Tabela 6 - Distribuição da densidade e variação populacional.....	19

Tabela 7 - Taxa de Envelhecimento da população das freguesias abrangidas pela ZIF Monção (2001,2011).	21
Tabela 8 - Classes de declive e respetivo risco de erosão	25
Tabela 9 - Fauna Ocorrente na zona de estudo.....	27
Tabela 10 - Flora ocorrente.....	29
Tabela 11 - Uso e Ocupação do Solo.....	30
Tabela 12 - Ocupação do Solo Florestal e respetiva percentagem de área.....	31
Tabela 13 - Conteúdos do inquérito realizado aos aderentes da ZIF Monção	36
Tabela 14 - Caracterização sociodemográfica da população.....	38
Tabela 15 - Espécies mais representativas nos solos Florestais da ZIF Monção	40
Tabela 16 - Exploração das parcelas com fins agroflorestais e contração de serviços de limpeza ou manutenção	40
Tabela 17 - Motivos para adesão dos proprietários/produtores florestais à ZIF Monção	41
Tabela 18 - Ocupação dos solos afetados diretamente por incêndios florestais.....	42
Tabela 19 - Crédito nos benefícios da adesão à ZIF e benefícios já auferidos.....	42
Tabela 20 - Benefícios já adquiridos com a adesão à ZIF de Monção	43
Tabela 21 - Satisfação com o processo de adesão e participação no projeto	44

Listas de Siglas e Abreviaturas

AFN- Autoridade Florestal Nacional

Alt- Altitude

CCDR- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional

CEE- Comissão Económica Europeia

CNREN- Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional

CRRA- Comissões Regionais de Reserva Agrícola

EN- Estrada Nacional

ha- hectares

Hab- Habitantes

ICNF- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

INE- Instituto Nacional de Estatística

Km- Quilómetros

Lat- Latitude

Long- Longitude

NUT- Nomenclatura de Unidade Territorial

PDM - Plano Diretor Municipal

PEIF- Plano Específico de Intervenção Florestal

PGF- Plano de Gestão Florestal

PMDFC- Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

PNDFCI- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PROF- Plano Regional de Ordenamento do Território

PROF AM- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

RAN- Reserva Agrícola Nacional

REN- Reserva Ecológica Nacional

SIC- Sítio de Importância Comunitária

ZIF- Zona de Intervenção Florestal

1. O Estágio

O estágio curricular tal como a presente Dissertação em Engenharia Biológica para obtenção de grau académico têm o seguinte tema: “Avaliação do processo de Adesão e Implementação da Zona de Intervenção Florestal de Monção”.

O estágio teve a duração de cinco meses, aproximadamente oitocentas horas e foi realizado na Associação de Agricultores do Minho (AGRESTA). Enquadrou-se num estágio curricular do Mestrado Integrado em Engenharia Biológica – Ramo Tecnologias do Ambiente, para desenvolver trabalho inserido na Elaboração de um Plano de Gestão Florestal (PGF), na Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Monção.

Durante o estágio foram criadas oportunidades para estar inserido num tema bastante diferente da área de formação e desenvolver conhecimentos ao nível da Engenharia Florestal e Ordenamento do Território. Foram desenvolvidas técnicas relacionais, alguns conhecimentos práticos ao nível de ordenamento do território agrícola e florestal bem como diversas atividades multidisciplinares. A entidade promotora do estágio contou ao longo do período de duração do mesmo com uma mais-valia ao nível profissional na área de formação do Ambiente, estando envolvido em grande parte das tarefas diárias da estrutura da empresa.

2. Introdução

As Florestas, sistemas ecológicos complexos onde as árvores desempenham papel de relevo, constituem um valioso recurso natural renovável gerador de múltiplos bens e serviços da maior relevância para o ambiente, para a economia e para a qualidade da vida dos cidadãos, quer ao nível local quer aos níveis regional, nacional e planetário. A diversidade de bens económicos, valores naturais e serviços ambientais que geram as florestas saudáveis e bem geridas, faz delas um valioso património coletivo. No entanto, a sua conservação, gestão e fomento não devem ser preocupação exclusiva de agricultores, técnicos florestais e governantes, mas são também responsabilidade de todos os cidadãos sem exceção.

A omnipresença dos produtos florestais no nosso quotidiano, desde o papel aos objetos em madeira e cortiça, aos produtos que se destacam na nossa alimentação, na perfumaria, drogaria ou farmácia, mostra a importância das funções económicas da floresta. Em muitas regiões do planeta, ainda atualmente, o uso como fonte energética constitui o seu maior valor económico. Apresenta também, um papel importante na área ambiental de lazer e turismo, em funções como: combate à desertificação, alterações climáticas e defesa da biodiversidade. ⁽¹⁾

As florestas atuais resultam de um longo processo evolutivo de milhões de anos – evolução genética e alterações climáticas - mas desde que a ligação com o Homem surgiu há cerca de um milhão de anos foi ele o grande agente transformador da área e composição dos espaços florestais primitivos, num longo processo de desarborização e rearborização que marcou, desde tempos imemoriais, a ação modeladora e tantas vezes destruidora do homem. “A floresta, berço do homem, que lhe deu alimento, que lhe forneceu o primeiro abrigo, a primeira ferramenta; que lhe proporcionou, talvez, o primeiro sentimento estético e nele acordou a primeira comoção mística; a floresta de que se fez a caravela que lhe permitiu conhecer a extensão do seu mundo, e a primeira cruz, que simboliza as grandezas e as misérias, as injustiças e as heroicas renúncias desse mesmo mundo - permanecerá indissolivelmente ligada aos destinos do homem”. ⁽¹⁾

Por razões de temperatura e humidade, Portugal dispõe de uma flora rica e variada. Há mesmo, na Madeira, uma amostra do que foi a flora antes da última era glacial: a *laurissilva*.⁽²⁾ Todavia, os Portugueses não se mostraram muito conhecedores das espécies autóctones e da sua adequação aos meios que as viram nascer, prosperar e perdurar.

Houve, como em toda a parte do mundo, espécies alógenas (na sua maioria introduzidas pelo Homem) que se estabeleceram no nosso território. Em algumas

introduções obteve-se bons resultados em outras as consequências foram negativas, pois, algumas espécies apresentaram caráter infestante, como é o caso de algumas acácias ou porque têm exigências de água além da que está disponível nas áreas onde foram plantadas acabando por prejudicar os solos.

A floresta de Portugal caracterizou-se, sobretudo durante o último século, por uma sucessão de alterações que a distinguem claramente do que aconteceu na maioria dos países europeus. Estas alterações verificaram-se a todos os níveis, incluindo os aspetos relacionados com as espécies presentes no terreno, as técnicas utilizadas e os aspetos decorrentes das alterações das instituições, tudo isto tendo como pano de fundo uma alteração muito grande das condições económicas e sociais das populações. O conceito de floresta como algo duradouro que permanece ao longo de gerações dificilmente se encontra em Portugal, sobretudo a Norte do Tejo. Pouco resta hoje em dia do trabalho de arborização das Serras, do trabalho árduo no sangramento dos Pinheiros, do exército de guardas florestais e das casas florestais onde estes habitavam, entre outras intervenções a nível florestal efetuadas no passado. ⁽²⁾

O “esquecimento” e a “destruição” da floresta levam à necessidade da implementação de instrumentos de gestão florestal local, regional e nacional sustentável, de forma a potenciar todos os recursos oferecidos por esta. As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), é um dos instrumentos com potencial solucionador para uma boa gestão florestal, sendo a aplicação deste instrumento a nível local o trabalho elaborado.

2.1. O que é uma ZIF?

Uma ZIF segundo o Decreto-lei nº. 127/2005, de 5 de Agosto alterado pelo Decreto-lei nº15/2009 de 14 de Janeiro, é uma área territorial contínua e delimitada, na sua maioria composta por espaços florestais, gerida através de um Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) e um Plano de Gestão Florestal (PGF), cuja gestão é atribuída a uma única entidade.

Para efeitos de delimitações temos os seguintes 4 casos:

- a) *Compreender, unicamente, áreas pertencentes a proprietários privados;*
- b) *Compreender, unicamente, áreas comunitárias;*
- c) *Compreender áreas sob administração direta do Estado ou das autarquias, em associação com áreas pertencentes a proprietários privados.*
- d) *Compreender áreas comunitárias em associação com áreas pertencentes a proprietários privados.*

A delimitação das ZIF's envolve a utilização dos seguintes critérios de aplicação geral e obrigatória para todos os casos:

- *Compreender uma superfície mínima de 750 ha e incluir pelo menos 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos, no caso da alínea a);*
- *Compreender uma superfície mínima de 10 000 ha e incluir pelo menos cinco unidades de baldio geridas autonomamente por conselhos diretivos ou por agrupamentos de baldios, mantendo a integridade dos perímetros florestais, no caso da alínea b);*
- *Compreender uma superfície mínima de 4000 ha e incluir pelo menos 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos, no caso das alíneas c) e d);*
- *Abracar territórios contínuos;*
- *Inserir-se no território de um único PROF, podendo, excepcionalmente e em situações devidamente justificadas, abranger territórios de mais de um PROF;*
- *Dar origem a unidades com um coeficiente de compacidade (índice de Gravelius) inferior a 3, calculado com o rigor cartográfico à escala de 1:25 000;*
- *A constituição de novas ZIF na envolvente próxima de outras ZIF preexistentes deve promover o alargamento, em continuidade, do território já integrado em ZIF, não devendo o espaço intersticial entre duas ZIF vizinhas inviabilizar uma eventual posterior constituição de outra ZIF intermédia;*
- *A delimitação territorial das ZIF respeita os limites dos prédios rústicos, mesmo que de grande dimensão, e deve apoiar -se, preferencialmente, em pontos notáveis da paisagem, tais como cursos ou massas de água, linhas de cumeada, rodovias ou ferrovias. ⁽³⁾*

A sua constituição é gerida através do “núcleo fundador”, que fica responsável pelos documentos e ações relativas a todo o processo. Fazem parte do “núcleo fundador” proprietários/produtores florestais detentores de parcelas com relevo florestal e cuja área contínua ou contígua seja de pelo menos 5% da área proposta.

Depois de constituída, a sua administração fica a cargo de uma entidade “entidade gestora”, sob a forma de uma organização associativa, constituída por proprietários e produtores florestais ou uma pessoa coletiva, com ligação ou objeto social relacionado com gestão florestal e capacidade técnica exigida.

A adesão a uma ZIF, por parte dos proprietários/produtores florestais apresenta como principais vantagens:

- Ordenamento e gestão florestal de zonas que devido à sua dimensão, apenas é possível realizar através da organização dos proprietários em torno da gestão e defesa do património individual;
- Facilidade no acesso aos instrumentos de gestão florestal, financeiros e de defesa contra incêndios;
- Direito de preferência sobre a compra e venda dos prédios rústicos localizados nessa área;
- Valorização das áreas de menor produção, como são o caso de terrenos de pastagem, incultos, pousios e outras áreas de minifúndio.

2.1.1. Plano Específico de Intervenção Florestal

O Plano Específico de Intervenção Florestal surge com a recente revisão na legislação, Decreto-lei nº. 15/2009. Deve ir de encontro com os princípios e orientações que constam no PROF e nos planos de defesa da floresta, tanto no municipal como no regional. Surge como resposta para constrangimentos específicos de gestão florestal. A sua elaboração visa o planeamento operacional e incide sobre territórios da ZIF com elevado risco de incêndios florestais, no controlo e eliminação de espécies invasoras, controlo de pragas e doenças bem como a reabilitação de áreas de incidência de incêndios e está prevista para o prazo de 6 meses após a constituição da ZIF e a sua aplicação será imediata logo após a sua aprovação.

2.1.2. Plano de Gestão Florestal

O plano de Gestão Florestal é um instrumento de gestão florestal que regula no espaço e no tempo as intervenções de natureza cultural e de exploração de recursos. A sua implementação tem em vista a realização a longo prazo contrariamente ao PEIF.

Como no anterior plano, segue as orientações do PROF da respetiva região, bem como os planos municipais e regionais de ordenamento do território e defesa contra Incêndios e deve ir de encontro com os interesses dos aderentes da ZIF. Segundo o decreto de lei de 2005 não existia um limite temporal para a sua implementação, tendo sido posteriormente dado o prazo de 2 anos para sua realização logo após a constituição da ZIF, na revisão da legislação (DL nº.15/2009). O seu cumprimento é de cariz obrigatório para todos os aderentes.

O principal objetivo é implementar todo um conjunto de intervenções que garantam um futuro sustentável para a floresta. Nesse sentido é indispensável conhecer o

território abrangente e realizar o levantamento da situação florestal atual, do mesmo modo que se vai descrever para o caso da ZIF de Monção ao longo desta dissertação.

De referir que o meu Estágio Curricular decorreu numa fase final da realização do PEIF e início do PGF da ZIF de Monção.

3. ZIF de Monção

A presente dissertação tem como foco principal a ZIF de Monção, e o desenvolvimento dum levantamento estatístico junto dos aderentes da ZIF para avaliar o processo de adesão e implementação do projeto.

3.1. Enquadramento Geográfico, Administrativo e Social

A ZIF Monção foi criada segundo o Despacho n.º 1/2012/ZIF, de 11 janeiro, (ZIF n.º 157, processo n.º 234/09-AFN). ⁽⁴⁾

Situa-se no Concelho de Monção, distrito de Viana do Castelo, e está inserida na região Norte de Portugal (NUT II), que compreende a sub-região Minho-Lima (NUT III).

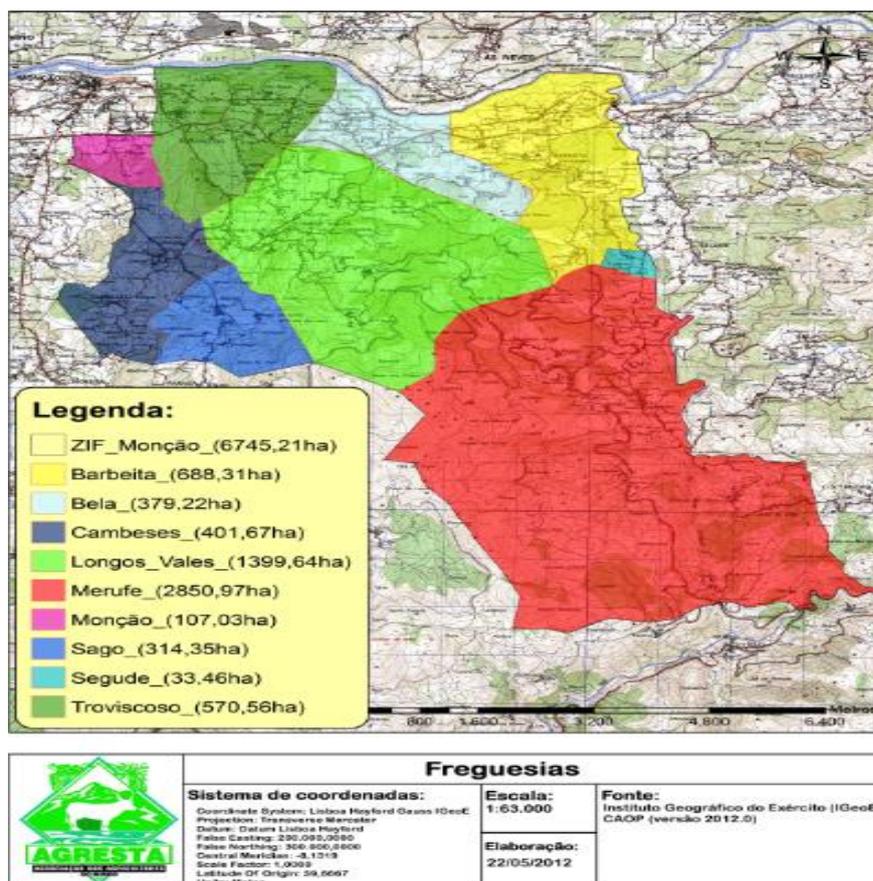


Figura 1 - Delimitação da área da ZIF e as suas respetivas Freguesias; Fonte: Agresta



Figura 2 - Mapa da região Norte (NUT II) e respetivas sub-regiões (NUT III); Fonte: Disponível para consulta no site da skyscrapercity ; (Setembro de 2014)

Constitui uma área total de 6745,22ha onde, 63,5% dessa área é ocupada por espaços florestais. Engloba na sua área nove freguesias do concelho de Monção: Barbeita, Bela, Cambeses, Longos Vales, Merufe, Monção, Sago, Segude e Troviscoso.

A sua delimitação obedeceu às indicações do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2005, de 5 de Agosto, revogado pelo Decreto-Lei nº15/2009, de 14 de Janeiro. Foi tido em conta nesta delimitação a fisiografia do terreno, a rede de compartimentação e a ocupação e uso do solo. Na delimitação final da área territorial da ZIF Monção teve-se também em conta a demarcação das propriedades rústicas.

Com base no Plano Diretor Municipal e através de consulta de informação no INE, destacam-se as seguintes características de cada uma das freguesias abrangidas pela área em estudo.

- **Barbeita** (6,9 Km²): Localizada a Nascente da Sede do Concelho é limitada a Norte pelo Rio Minho, situada entre os vales do Rio Minho e do Rio Mouro. Com uma densidade populacional de 147,3 hab/Km², os seus habitantes dedicam-se essencialmente à agricultura, com predomínio da viticultura, pecuária, comércio e indústria. As principais festas e romarias são: Sr.^a da Assunção – Maio e Agosto, S.to Estêvão – 26 de Dezembro, S. Félix – Junho.

- **Bela** (3,8 km²): Localiza-se a Nascente da Vila de Monção, junto ao vale do rio Minho e tem uma densidade populacional de 183,7 hab/Km². As principais atividades económicas são a agricultura, o pequeno comércio e a construção civil. As festas e romarias celebram-se em: S. Bento de Torre – 3º Domingo de Junho, S.to António – 13 de Junho, N. Sr.^a de Fátima, N. Sr.^a das Neves – 5 de Agosto

- **Cambeses** (4,0Km²): Localiza-se a Sul da sede do Concelho, entre os vales dos rios Minho e Gadanha. Tem uma densidade populacional de 120,5 hab/km², sendo a principal atividade económica a agricultura. As festas e romarias celebradas nesta freguesia são: Divino Salvador – 6 de Agosto, N. Sr.^a dos Milagres – 8 de Setembro, S.to Amaro – 15 de Janeiro.

- **Longos Vales** (14,0 km²): Localiza-se no sopé da Serra do Extremo, tem uma densidade populacional de 70,6 hab/km², e a principal atividade económica é a viticultura. As principais festas e romarias são: S. João – 24 de Junho, S. Antónia da Seca – Junho

- **Merufe** (28,5 km²): Localiza-se a Sudeste da Vila de Monção, abrangendo a Serra da Anta e o Vale do Rio Vez. A sua população, com uma densidade de 38,5 hab/km², dedica-se essencialmente ao setor primário, exploração de pedreiras e construção civil. As principais festas e romarias são: S. Pedro – 29 de Junho, Festival Folclórico – último Domingo de Junho ou 1º de Julho), Sr. Dos Passos – último domingo de Julho, Festa da Pica – 25 de Abril.

- **Monção** (3,0 km²): Sede do Concelho localiza-se no vale do Rio Minho, possuindo a maior densidade populacional de 823 hab/km². A sua população dedica-se essencialmente ao comércio e serviços e festeja: Corpo de Deus – Maio ou Junho, N. S.^a das Dores – segunda quinzena de Agosto, S.^a da Rosa – Março ou Abril.

- **Sago** (3,1 km²): Localiza-se perto da Serra do Extremo, entre os duzentos e quatrocentos metros de altitude, com uma densidade populacional de 72,6 hab/km². A população dedica-se à agricultura e construção civil. As festividades são: S. Miguel -29 de Setembro.

- **Segude** (2,4 km²): Localiza-se no vale do Rio Mouro, com uma densidade populacional de 146,7 hab/km². A sua população dedica-se essencialmente à agricultura. As festas e romarias são: S. Paio – 26 de Junho, Sr. Dos Aflitos/ Sr. Do Rio – 3 de Maio

- **Trovoso** (5,7 km²): Localiza-se no vale do Rio Minho, com uma densidade populacional de 187 hab/km². A população dedica-se essencialmente à agricultura, comércio e indústria e festeja a N. S.^a da Ajuda no 2º Domingo de Agosto.

3.2. Identificação da Exploração, Proprietário e Gestor

A área da Zona de Intervenção Florestal de Monção é constituída por um total de 1734 prédios pertencentes a diferentes proprietários, num total de 291 parcelas. A área florestal da zona em estudo é aproximadamente 45% da área total da ZIF de Monção (6745,22 ha).

Tabela 1 - Freguesias, área abrangida, nº de parcelas e nº de artigos

Freguesia	Área (ha)	Parcelas (nº)	Artigos (nº)
Barbeita	70,985	29	111
Bela	33,31	35	170
Cambeses	40,02	9	32
Longos Vales	158,56	100	784
Sago	7,49	12	31
Troviscoso	4,39	8	12
Merufe	555,5	98	594
Total	870,255	291	1734

Tabela 2 - Freguesias e áreas do regime de Cogestão e ou Administração direta dos Baldios

Freguesia	Cogestão (ha)	Administração direta (ha)
Barbeita	-	-
Bela	-	-
Cambeses	-	-
Longos Vales	358	10
Sago	93	-
Troviscoso	-	-
Merufe	1275	355
Total	1726	365

No que diz respeito à gestão florestal, e sabendo que a área de estudo é constituída por um total de 1734 prédios rústicos (ver no ANEXO A) a listagem dos prédios rústicos e respetivos proprietários), encontramos três tipos de situações: i) arrendamento florestal; ii) gestão própria e; iii) a não gestão ou abandono das terras agrícolas e florestais. Esta última situação está, fundamentalmente, associada quer aos incêndios florestais e à incapacidade de reinvestir na floresta quer à situação da má resolução de partilhas de heranças.

Por fim, no que concerne à dimensão das propriedades (Tabela 3), 98,5% dos prédios têm uma área inferior a 5 hectares, representando cerca de 50% da área total. Esta

situação evidencia bem a dificuldade de uma gestão sustentável das áreas de minifúndio *per si* e a necessidade de que esta gestão só se possa fazer recorrendo a uma gestão conjunta do espaço florestal, à qual os instrumentos como o modelo implementado nesta dissertação pretende resolver.

A representatividade dos prédios rústicos e as áreas totais de cada classe de área encontra-se evidenciada na seguinte tabela. A mesma tabela confirma o anteriormente enunciado quanto à percentagem de cada classe de área.

Tabela 3 - Representatividade dos prédios rústicos em função da área

Classes de área (ha)	Nº de prédios	%	Área total	%
< 5	1713	98,50	432,308	49,68
5 < ha < 10	12	0,69	70,667	8,12
10 < ha < 15	5	0,29	58,8	6,76
> 15	8	0,46	308,48	35,45
s/info	1	0,06	-	-
Total	1739	100%	870,255	100%

3.3. Orientações e Condicionantes dos Instrumentos de Ordenamento

A elaboração de qualquer plano de gestão ou intervenções florestais segue determinadas diretrizes, nomeadamente os instrumentos de ordenamento do território que se apresentam como ferramentas normativas da administração direta ou indireta do estado, que estabelecem as preferências, condicionantes e interdições de diversas naturezas.

Seguindo uma hierarquia, do mais global para o mais específico, apresentam-se os principais instrumentos de ordenamento para a ZIF de Monção:

- **Âmbito Nacional**

- PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

- **Âmbito Regional**

- PROF AM - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

- **Âmbito Municipal**

- PMDFC - Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios

- PDM - Plano Diretor Municipal

3.3.1. Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Este plano segundo a Resolução do Conselho de Ministros nº65/2006, “*estabelece as linhas de atuação com a indicação clara da fase de planeamento, execução e controlo, calendarização de medidas e indicadores de execução, tornando simples, objetiva e operacional a implementação deste instrumento estratégico.*”⁽⁵⁾

Identifica cinco eixos de atuação essenciais para a diminuição da incidência e destruição dos incêndios no país.

Tabela 4 - Eixos estratégicos do PNDFCI. Fonte: Diário da República: Resolução do Conselho de Ministros nº65/2005

1º Eixo	Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais
2º Eixo	Redução da incidência dos incêndios
3º Eixo	Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios
4º Eixo	Recuperar e reabilitar os ecossistemas
5º Eixo	Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz

O PNDFCI refere as ZIF's como um modelo a adotar para a introdução de princípios e estratégias de defesa da floresta contra incêndios. Acrescenta ainda que deverá existir uma orientação dos recursos financeiros existentes para o apoio à criação das ZIF, conferindo aos espaços florestais nas zonas de minifúndio, sistemas de proteção contra incêndios e modelos de gestão florestal, aumentando assim a viabilidade económica, ambiental e social destas áreas.

3.3.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

O Plano Regional do Ordenamento Florestal do Alto Minho (PROF AM) foi aprovado através do Decreto Regulamentar nº16/2007, de 28 de Março. Abrange os municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Melgaço, Valença, Ponte da Barca, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Monção.

O PROF estabeleceu como objetivos estratégicos para o território florestal do Alto Minho:

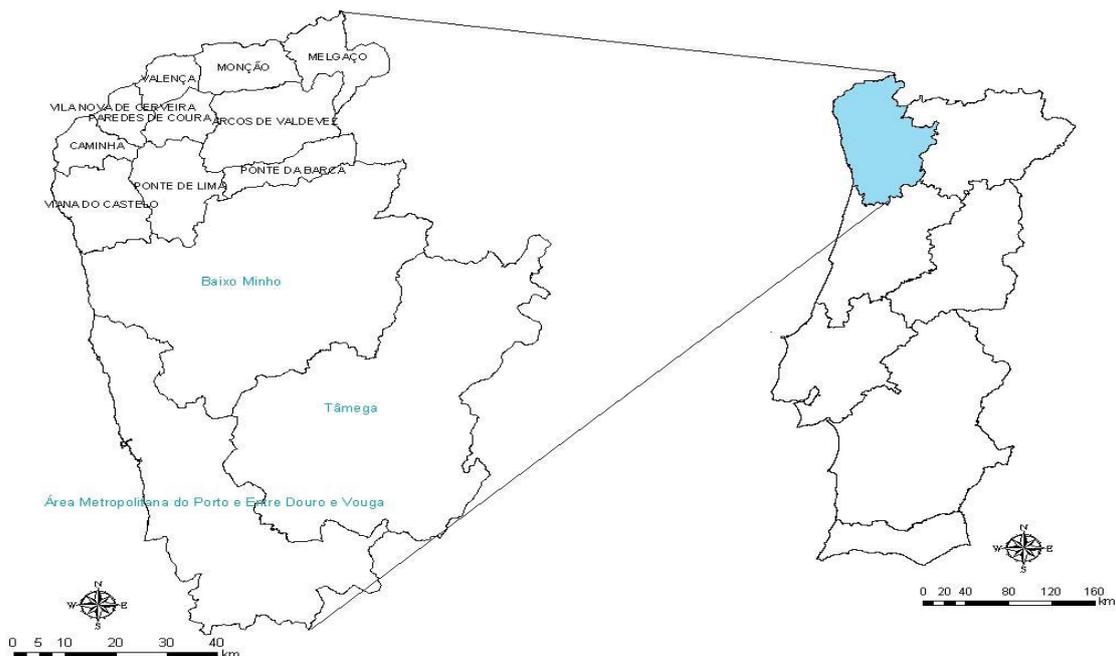


Figura 3 - Localização do PROF AM: Fonte: PROF do Alto Minho

- *Defender e prevenir as áreas florestais da região PROF das ameaças que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;*
- *Diminuição do risco de incêndio e, conseqüentemente, da área florestal ardida;*
- *Diminuição do número de ignições através da sensibilização e de uma mais intensa fiscalização;*
- *Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;*
- *Assegurar a planificação e a gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;*
- *Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;*
- *Adequar as espécies e os modelos de silviculturas à estação;*
- *Estimular o aumento da área de espaços florestais com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;*
- *Impulsionar um mosaico florestal diversificado e descontínuo;*

- *Beneficiar os espaços florestais da região PROF de forma a assegurar o cumprimento das suas múltiplas funções, a sua sanidade e continuidade;*
- *Aumentar a área florestal arborizada, com espécies bem adaptadas;*
- *Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente, a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;*
- *Impulsionar o ordenamento silvo pastoril e a gestão das áreas de pastagem;*
- *Promover a ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e lazer;*
- *Fomentar a adoção de modelos de silvicultura com vista à maior valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais;*
- *Restauração das áreas florestais ameaçadas, danificadas ou afetadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;*
- *Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas;*
- *Conservação do património florestal em bom estado, da diversidade biológica, geológica e paisagística da região PROF e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.* ⁽⁶⁾

Segundo, o mesmo plano, a ZIF Monção insere-se na sub-região homogénea Alvarinho. As funcionalidades dos espaços florestais para esta sub-região, segundo o PROF AM, estão hierarquizadas em: 1) Produção, 2) Recreio e paisagem e 3) Proteção.

3.3.3. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Este plano municipal faz a caracterização do uso do solo e zonas especiais e analisa o histórico e a causalidade dos incêndios nas florestas do concelho de Monção. Prevê um aumento das áreas de gestão ativa associadas à criação de redes de gestão de combustível, alargamento do uso de técnicas de fogo controlado e a criação de faixas de proteção.

3.3.4. Plano Diretor Municipal

O atual Plano Diretor Municipal encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 3 de Novembro de 1994. Estão hoje decorridos mais de 10 anos da sua vigência, prazo sobre o qual se deveria proceder à sua

revisão. Entendeu a Câmara Municipal de Monção proceder à revisão do seu Plano Diretor Municipal antes de findo esse lapso temporal de 10 anos, tendo dado início ao seu processo de revisão a 28 de Março de 2001, passados que estavam mais de 6 anos após a sua publicação.

A tramitação desse processo ocorreu já conforme a nova legislação na matéria, possibilitada com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto) e consequente regulamentação, através do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro).

De modo a realizar um correto ordenamento do território municipal de Monção, o regulamento do PDM faz a distinção entre solo rural e solo urbano.

O modelo de ordenamento define então as classes e categorias de espaço presentes e as suas principais restrições quanto ao uso. No que diz respeito às categorias e subcategorias de espaços temos:

- **Espaço Agrícola Condicionada**- É constituído pelas áreas que em função das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção agrícola, e que se encontram submetidas ou não ao regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN), da Reserva Ecológica Nacional (REN), do Regime Florestal ou da Rede Natura 2000.

- **Espaço Agrícola Complementar**- É constituído por áreas que apesar de não apresentarem as características mais favoráveis para a prática agrícola, apresentam maioritariamente o uso agrícola, em sistemas de complementaridade com outras funções silvo-pastoris, agroflorestais e de enquadramento, e que não se encontram submetidas a qualquer regime condicionante.

- **Espaço Florestal de Produção**- É constituído por áreas de coberto florestal destinado principalmente á produção florestal. São áreas delimitadas a partir do uso atual e uso potencial do solo que, maioritariamente, não se encontram submetidas a qualquer regime condicionante.

- **Espaço Florestal de Proteção e Conservação**- É constituído normalmente por áreas florestadas ou não, que apresentam características específicas que o tornam especialmente importante do ponto de vista da biodiversidade, e que se encontram submetidas ao regime da Reserva Ecológica Nacional, ao Regime Florestal Parcial ou à Rede Natura 2000. Além destas áreas é constituído também por pequenas áreas de

maiores potencialidades para produção agrícola submetidas ao regime da REN embora não constituam um uso predominante.

• **Espaço Natural**- Resulta da área classificada no âmbito da Rede Natura 2000, relativa ao Sítio do Rio Minho (PTCON0019), em consequência da existência ou não de outros regimes e de áreas de Rede natura que se sobrepõem a espaços urbanos, conforme se depreende da alínea a) do n.º 2 do Artigo 9.º no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

É formado por uma área linear dominada pelo rio Minho, onde se valoriza a proteção, conservação, gestão racional, a capacidade de renovação dos recursos naturais e onde se salvaguarda os valores paisagísticos.

O seguinte quadro sintetiza a metodologia de delimitação bem como a composição das categorias e subcategorias em solo rural.

Tabela 5 - Tabela síntese de delimitação e composição das categorias do solo rural

	Rede Natura	REN	RAN	Regime Florestal	Uso Actual Agrícola	Uso Actual Florestal
Esp. Agrícola Condicionada						
Esp. Agrícola Complementar						
Esp. Florestal de Produção						
Esp. Florestal de Protecção e Conservação						
Esp. Natural						

No que diz respeito à área da ZIF de Monção, as servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo são as seguintes:

- **Reserva Ecológica Nacional (REN)**
- **Reserva Agrícola Nacional (RAN)**
- **Rede Natura 2000**

3.4. Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Na realização dum plano de gestão florestal tal como num plano de intervenções existem limitações e restrições de utilidade pública que condicionam e orientam a utilização dos solos. Existem legislações específicas e diferentes condicionantes no território da ZIF de Monção das quais destacaria a RAN, REN e Rede Natura 2000.

3.4.1. RAN

A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

O regime jurídico da RAN (a definição das áreas constituintes, bem como as especificidades de uso e de manutenção dessas áreas) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, tendo este diploma sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro.

Foi publicado recentemente o novo diploma da RAN, através do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março onde a delimitação das zonas RAN passa a constar nos Planos Diretores Municipais (PDM).

Nos solos da RAN são proibidas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, bem como as ações listadas no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março:

- a) *Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo 22º do referido decreto-Lei;*
- b) *Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;*
- c) *Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;*
- d) *Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;*
- e) *Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;*
- f) *Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos.* ⁽⁷⁾

A utilização não agrícola de solos da RAN está sempre dependente de prévio parecer das Comissões Regionais de Reserva Agrícola (CRRA), à qual se deverá dirigir para realizar o pedido de utilização não agrícola de solos.

Na área da ZIF, a grande maioria do território com ocupação agrícola está delimitado por áreas de RAN, pelo que, se deverá atender ao regime jurídico da RAN, cuja legislação foi referida anteriormente.

3.4.2. REN

A REN pode ser definida como uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi instituída pelo Decreto-Lei 321/83, tendo o seu regime jurídico revisto no Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março e alterado pelos Decretos-Lei 213/92 de Outubro, nº79/95 de 20 de Abril, nº 180/2006 de 6 de Setembro, e recentemente revogado pelo Decreto-Lei nº 166/2008 de 22 de Agosto.

Nos solos classificados como REN estão proibidas todas as ações que destruam, diminuam ou ponham em causa as suas funções e potencialidades, tais como: construção de edifícios, obras de urbanização, operações de loteamento, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações ente outras ações descritas no Anexo B. Os terrenos integrados na REN terão obrigatoriamente de ser identificados em todos os instrumentos que definam a ocupação física e o ordenamento do território, mais concretamente os planos de ordenamento e os Planos Diretores Municipais.

Na delimitação da Reserva Ecológica Nacional são levados em conta dois níveis: o nível estratégico e o nível operativo. O nível estratégico segue as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que são elaboradas respetivamente pela Comissão Nacional da REN (CNREN) e pelas comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que são posteriormente aprovadas em resolução de ministros. O nível operativo segue a delimitação, em carta de âmbito municipal, das áreas da REN- Delimitação a nível municipal.

A delimitação em vigor da REN do Concelho de Monção foi publicada em 1996. Esta delimitação foi alvo da avaliação conjunta por parte da Câmara Municipal e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, tendo-se concluído que, de um modo geral, satisfazia as disposições legais em termos de conteúdo e abrangência das áreas integradas.

Na área das ZIF estão delimitadas áreas sob o regime da REN, onde se inclui a bacia do rio Minho, percorrendo as freguesias de Troviscos, Bela e Barbeita.

3.4.3. Rede Natura 2000

A rede natura 2000 resultou da aplicação das diretivas 79/409/CEE (Diretiva das Aves) e 92/43/CEE (Diretiva dos Habitats) e define-se por ser uma rede ecológica do espaço comunitário que tem como principal objetivo assegurar a biodiversidade, conservando os habitats naturais, fauna e flora selvagens, do território europeu e dos Estados-membros. Visa também a compatibilidade entre uma gestão sustentável dos recursos naturais e as atividades antropogénicas, garantindo a preservação dos valores ecológicos, económicos e sociais.

A ZIF Monção integra a rede ecológica comunitária – Rede Natura 2000, no Sítio de Importância Comunitária Rio Minho (PTCON0019).

O SIC (Sitio de Importância Comunitária) Rio Minho reúne um conjunto de habitats húmidos de elevada importância ecológica, incluindo bosques ripícolas dominados por *Alnus glutinosa* e *Salix spp.* (91E0*). Trata-se de um rio muito importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras e para algumas espécies de mamíferos associados ao meio aquático e vegetação ribeirinha. Pela sua extrema importância ambiental a área integrada em Rede Natura 2000 deverá ter caráter prioritário de defesa. A ZIF compreende 288 hectares classificados como SIC Rio Minho.

De acordo com a ficha deste Sítio constante da Resolução de Concelho de Ministros nº 142/97 de 28 de Agosto (Plano Sectorial da Rede Natura 2000), as orientações de gestão são especificamente dirigidas para a conservação da actiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático, bem como para a conservação da vegetação ripícola. Este estatuto obriga a promoção da regeneração natural, conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones e a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo, impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes e reduzir o risco de incêndio. No ponto relativo a construção e infraestruturas, é condicionada a construção de infraestruturas e a expansão urbano-turística.

3.5. Caraterização da População

A dinâmica populacional é um elemento estratégico que se inter-relaciona com o sistema económico, social e territorial, interferindo na definição de uma política e de um esquema de ordenamento do território.

3.5.1. População Residente

A desertificação do interior, aliada à alteração dos costumes e rotinas de vida, imprimiu alterações no sector florestal que tornaram a ocorrência dos incêndios num evento com ciclos demasiado reduzidos e com extensões crescentes. O Concelho de Monção, a par de outras regiões do interior do País, também sofreu os efeitos do decréscimo populacional. Devido à sua proximidade com a vizinha Galiza constitui um dos centros urbanos com maior importância na relação entre esta região e o Norte do País.

Ao longo das últimas décadas, a população residente do Concelho de Monção diminuiu e envelheceu numa forma assustadora como iremos ter oportunidade de verificar. No ano de 2011 os residentes do Concelho representavam aproximadamente 8% da população da NUT III, com cerca de 19 956 residentes. Durante a década de 60 verificou-se um decréscimo de 10,2%, na década de 70 de 3,3%, nas décadas de 80 e 90 de 8,4% em ambas e finalmente na última década verificou-se um decréscimo de 6,6%. (tabela 6)

A regressão demográfica observada nas últimas décadas é devida fundamentalmente à deslocalização das famílias para as principais cidades do litoral e para o estrangeiro bem como à diminuição da taxa de natalidade que se tem verificado. A deslocação da população encontra-se intimamente relacionada com a procura de melhores condições de vida, transformando os espaços rurais, no passado plenos de atividade, em lugares de fraca presença humana com consequências negativas na gestão e transformação da paisagem. A diminuição da taxa de natalidade acompanha o panorama nacional e é justificada sobretudo pela maior participação da mulher na vida ativa bem como por razões económicas.

Tabela 6 - Distribuição da densidade e variação populacional: (dados adquiridos através de INE, Recenseamentos Gerais da População de 1960 a 1991 e Resultados Definitivos dos Censos de 2001 e 2011)

Concelho	Área (Km ²)	População Residente						Variação (%)					Dens. (hab./Km ²) 2011
		1960	1970	1981	1991	2001	2011	60/70	70/80	81/91	91/01	01/11	
Monção	211	27 393	24 600	23 799	21 799	19 957	18 639	-10,2	-3,3	-8,4	-8,4	-6,6	88,3
Minho_Lima	2 213		250 510	256 814	250 059	250 273	236 467		2,5	-2,6	0,1	-5,5	106,9

No concelho a distribuição da população é bastante heterógena, apresentando comportamentos diferentes quando comparada a frente ribeirinha com o interior do

concelho. Assim, denota-se uma densidade mais elevada na frente ribeirinha, em Monção, Cortes, Troviscoso, Mazedo e Bela que constituem o núcleo urbano principal do concelho. O mesmo se verifica nas freguesias que se estendem ao longo de parte da EN101. As freguesias situadas a Sul do concelho apresentam menor densidade populacional, sendo a freguesia de Merufe aquela que apresenta menor densidade populacional.

A dinâmica populacional registada entre os anos de 1960 e 2011 indica uma tendência para a diminuição da população residente em Monção, acompanhando a tendência da população na NUT III.

3.5.2. Índice de Envelhecimento

O índice de envelhecimento representa a razão entre o número de idosos (população residente com mais de 65 anos) e o número de jovens (população residente com menos de 14 anos). Pode ser chamado também como índice de vitalidade. No concelho de Monção este índice é bastante elevado e com tendência para se agravar ao longo dos próximos tempos.

A diminuição do estrato mais jovem (0-14 anos) é acompanhada por um aumento dos escalões de mais idade (> 65 anos), traduzindo-se num envelhecimento da população.

Neste contexto, torna-se relevante o aumento considerável da população idosa, resultante, quer de uma tendência de envelhecimento natural da população, como também, consequência da melhoria das condições de vida. Por outro lado o decréscimo das populações mais jovens será consequência de uma progressiva diminuição da anteriormente falada taxa de natalidade.

Ao nível das freguesias abrangidas pela ZIF, o índice de envelhecimento registado em 2011, mais preocupante é referente às freguesias de Merufe (388,5), Sago (372,7), Barbeita (331) e Longos Vales (314). Em todas as freguesias o Índice de vitalidade aumentou, aparecendo apenas como exceção o caso da freguesia de Cambeses onde a população jovem aumentou e a população idosa diminuiu, tornando-se na freguesia com população mais jovem e registando um índice de 177,4 (tabela 7).

Os resultados obtidos pelo INE vão de acordo à nossa percepção e os fatores já apresentados aliados à baixa taxa de natalidade, em todas as freguesias do concelho, faz com que as dinâmicas existentes sejam muito frágeis. Desta forma, a desertificação desta área vai sendo uma constante, também pelo facto do tecido empresarial não ser muito competitivo o que faz com que no concelho, não sejam oferecidas condições de fixação

das populações mais jovens e que estes se desloquem para a sede do concelho, concelhos limítrofes, grandes cidades, para Espanha, França e outros países estrangeiros.

Tabela 7 - Taxa de Envelhecimento da população das freguesias abrangidas pela ZIF Monção (2001,2011) Fonte: : INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e Resultados Definitivos dos Censos 2011

Unidade Geográfica	Ano	Grupos Etários				Índice de Vitalidade
		0-14	15-24	25-64	> 65	
Barbeita	2001	113	163	520	261	231,0
	2011	89	98	534	295	331,5
Bela	2001	98	79	331	177	180,6
	2011	81	65	340	212	261,7
Cambeses	2001	57	69	227	131	229,8
	2011	62	53	271	110	177,4
Longos Vales	2001	133	160	533	275	206,8
	2011	93	107	497	292	314,0
Merufe	2001	109	161	604	363	333,0
	2011	96	71	557	373	388,5
Monção	2001	320	378	1278	585	182,8
	2011	300	229	1306	634	211,3
Sago	2001	34	25	137	70	205,9
	2011	22	18	103	82	372,7
Segude	2001	42	66	192	89	211,9
	2011	35	24	193	100	285,7
Troviscoso	2001	148	178	564	199	134,5
	2011	120	114	578	254	211,7
Concelho	2001	2375	2670	9904	5007	210,8
	2011	2081	1761	9970	5418	260,4

Índice de Vitalidade: Pop. (65 ou + anos) /Pop. (0-14 anos) x 100.

3.5.3. Taxa de Analfabetismo

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de analfabetismo (razão entre a população com mais de 10 anos que não sabe ler nem escrever e a população residente com mais de 10 anos) era em 2001 de 16,5%, sendo que em 2011 esse valor diminuiu para cerca de metade (8,13%), acompanhando a descida dos valores presentes na Região Norte, de 14,1% em 2001 e 5,01% em 2011. Estes resultados apesar de não serem totalmente animadores, atestam a existência de um esforço no combate ao analfabetismo, com a escolaridade obrigatória e realização formação profissional cada vez mais acessível á população.

3.5.4. População por sector de Atividade

Através da análise do gráfico da *figura 4* podemos constatar que no concelho de Monção, o sector terciário corresponde ao sector com maior taxa de empregabilidade. Dos 6 516 residentes ativos em 2011, empregava 4077, cerca de 62,6%. O setor secundário e primário empregavam 31,6% e 5,8% respetivamente. Os valores referentes às zonas delimitadas pela ZIF de Monção apresentam grande similaridade aos do concelho, com o sector terciário a predominar com 57,5%, seguido dos setores secundário e primário com 35,2% e 7,4%.

Apesar do sector primário apresentar a percentagem mais baixa, este é ainda um valor considerável tendo em conta que este resultado não contempla a população assalariada, que de forma complementar praticam atividade agrícola (agricultura de subsistência), estando agregados a outra atividade principal.

Procedendo a uma análise ao nível das freguesias abrangidas pela ZIF (*Tabela 4*), observa-se que em 2011, o sector terciário apresenta os valores mais baixos em percentagem nas freguesias de Sago, Segude, Merufe e Longos Vales com valores na ordem dos 45%. São estas mesmas freguesias as que apresentam valor mais relevante ao nível do setor primário, na ordem de 12%. Estas freguesias, onde o sector primário, constitui uma fonte de emprego, correspondem, às freguesias mais interiores e periféricas do concelho, onde o carater rural é mais marcante e onde se verifica de forma mais acentuada o fenómeno de desertificação dos aglomerados.

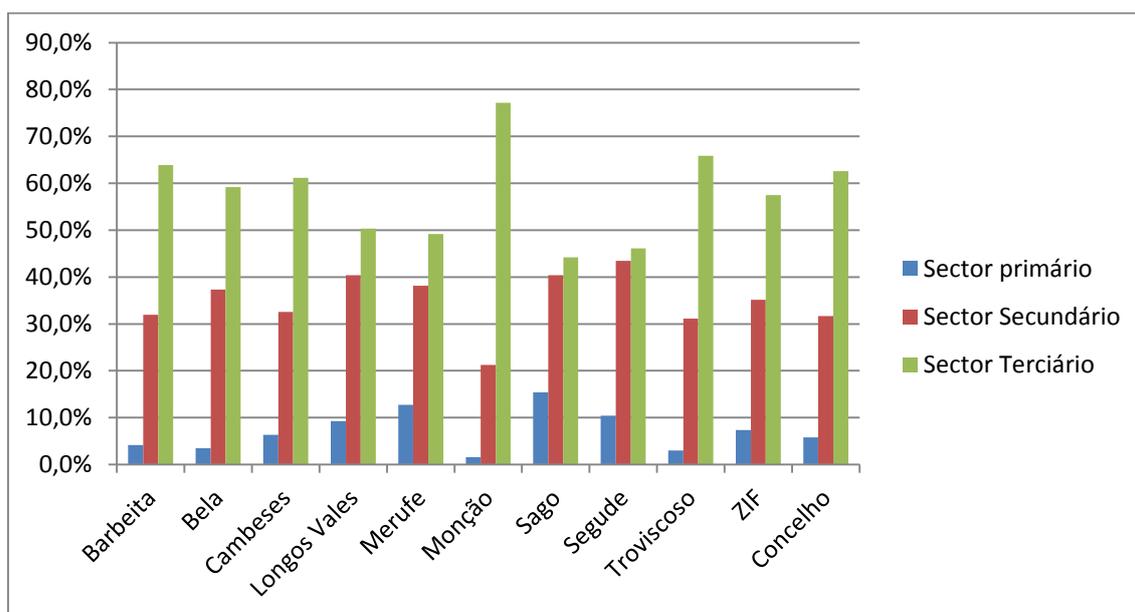


Figura 4 - Percentagem de população empregada por sector de atividade nas freguesias abrangidas pela área da ZIF Monção e no Concelho: Fonte: INE

3.6. Caracterização Biofísica

Tendo em conta a realização dum modelo de gestão para implementar na Zona de Intervenção Florestal de Monção é importante conhecer primeiro a caracterização Biofísica do território de maneira a que as intervenções a realizar se possam adequar às diversas condições existentes quer ao nível do Clima, Declives, Inclinações e Hidrografia.

3.6.1. Clima

O clima interfere fortemente no desenvolvimento da vegetação local, sendo por essa razão importante o seu estudo para conhecer as potencialidades da região.

Os dados climatéricos apresentados ao longo da dissertação provêm da estação meteorológica de Ceivães/Monção (Lat: 42°N; Long: 08023°W; Alt: 80m). Para realizar uma análise climática mais aprofundada iremos abordar os conceitos de precipitação, nevoeiro, orvalho e geada, Temperatura, Vento e Humidade relativa do ar.

3.6.1.1. Precipitação, Nevoeiro, Orvalho e Geada

De acordo com os dados obtidos a partir da estação meteorológica de Ceivães verifica-se que o clima é bastante húmido, com chuvas abundantes no Inverno e escassas no Verão. A precipitação média anual é de 1189,7 mm.

Num só dia pode ocorrer forte precipitação provocando grandes enxurradas, erosão hídrica do solo e conseqüentemente fraca capacidade para o solo absorver água. Por outro lado, a pouca precipitação que ocorre na época estival é propícia para a ocorrência e propagação de incêndios, já que os combustíveis têm menor quantidade de água.

Registaram-se a ocorrência de 18 dias de geada/ano, 34 dias com orvalho e 13,5 como nevoeiro. A ocorrência de neve é insignificante.

3.6.1.2. Temperatura

A região apresenta influência das correntes mediterrânicas que juntamente com as correntes atlânticas, a existência do Rio Minho e seus afluentes mais a existência das montanhas do interior lhe conferem condições e características únicas.

A temperatura apresenta grande variabilidade, como conseqüência da variação altimétrica e da proximidade ao litoral. A média das mínimas situa-se entre 4,5°C e os 14,6°C e a média das máximas varia entre os 12,7°C e os 28,4°C. O mês com temperatura

média mais baixa é o mês de Janeiro, enquanto Julho é o mês com temperatura média mais alta (Figura 5), sendo a temperatura média anual de aproximadamente 15°C.

Esta região está sob influência de um microclima favorável ao desenvolvimento da vinha de casta alvarinho.

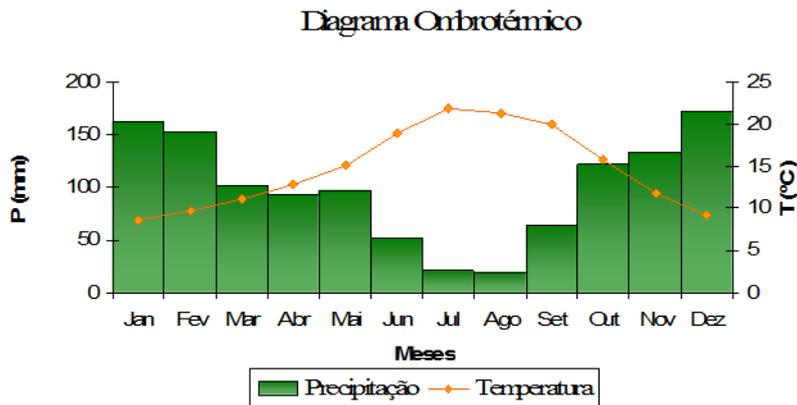


Figura 5 - Diagrama Ombrotérmico do Concelho de Monção (Estação meteorológica de Monção/Ceivães correspondente ao período 1967-1990)

A utilização destes valores como comparação com os valores da ZIF Monção pode não ser totalmente correta, na medida em que esta estação está situada a um valor de quota de altitude reduzida e sob a influência da proximidade com os Rios Minho e Mouro.

3.6.1.3. Vento

Num Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios torna-se importante saber qual a direção, frequência e velocidade do vento, já que este condiciona a direção e a própria intensidade de um incêndio.

Os ventos dominantes na área de estudo são, por ordem crescente de ocorrência, os de Norte, Oeste, Este, Sul, Noroeste, Sudeste, Nordeste e Sudoeste com uma velocidade média anual é de 8,9 km/h.

3.6.1.4. Humidade relativa do ar

A humidade relativa do ar provém da evaporação da água que se encontra nas massas líquidas à superfície do globo e da água que se encontra retida no solo. As variações da humidade relativa do ar num determinado local são condicionadas pela temperatura e pela natureza das massas do ar, provocando com o aumento da temperatura

uma diminuição da humidade relativa do ar. Valores elevados desta variável podem fazer prever a possibilidade de precipitação.

O valor médio anual de humidade relativa varia entre os 79% às 9 horas e os 71% às 18 horas. Estes valores revelam que a percentagem de humidade do ar é maior ao início da manhã, apresentando um ligeiro decréscimo para o final da tarde. Certamente a humidade relativa do ar nas horas de maior calor deve ter valores mais baixos, implicando uma maior dissecação dos combustíveis florestais e consequentemente uma maior facilidade de ignição bem como maior dificuldade de combate.

Os meses que registam valores mais baixos de humidade do ar são Junho, Julho, Agosto e Setembro (meses de verão) coincidindo com o período de maior risco de incêndio, e os mais elevados verificam-se em Novembro, Dezembro e Janeiro.

Os valores de humidade relativa elevados são explicados pela proximidade do litoral e à existência de numerosas linhas de água.

3.6.2. Declives

Analisando a Carta de Declives (Anexo D) da área territorial delimitada pela ZIF Monção, verificamos que as áreas que apresentam maior declive fazem parte dos perímetros florestais da Anta e da Peneda (793 e 586 metros, respetivamente).

O território da ZIF apresenta declives pouco uniformizados, pelo que podemos encontrar no seu território várias classes de declive, entre os 0% e superiores a 30% de inclinação. A inclinação de um determinado território influencia sobretudo o risco de erosão, aumentando esse mesmo risco em função do nível de declive. A tabela 8 faz a correspondência entre as classes de declive e o risco de erosão associado.

Tabela 8 - Classes de declive e respetivo risco de erosão

Classes de declives (%)	Risco de erosão
$d < 7,5\%$	Sem risco de erosão ou com risco de erosão ligeiro a moderado
$7,5\% < d < 15\%$	Com risco de erosão moderado a elevado
$15\% < d < 25\%$	Com risco de erosão elevado a muito elevado
$d > 25\%$	Com risco de erosão muito elevado

Além do risco de erosão elevado a existência de grandes percentagens de declive, em caso de incêndio florestal, constituiu uma das principais dificuldades no combate uma vez que quanto maior for o declive, maior será a velocidade de progressão do incêndio e maiores serão também as dimensões das chamas. No que diz respeito à progressão e acessibilidade das viaturas das equipas de combate em caso de incêndio, temos também uma maior dificuldade à medida que aumenta o declive.

3.6.3. Exposição Solar

Ao analisar a Carta de Exposições Solares, que se encontra no Anexo E, verificamos que as exposições dominantes na área territorial ZIF são o Norte e Este. Encontramos também embora com menor expressividade encostas com Exposições Solares voltadas a Oeste e a Sul.

A exposição de uma encosta em relação ao sol afeta a sua temperatura e humidade pelo que as encostas voltadas para Sul e Oeste, recebem maior quantidade de raios solares e apresentam combustíveis mais secos e quentes, aumentando também o risco de incêndio. As encostas voltadas para Norte são mais húmidas e frescas, tipicamente oferecem condições de crescimento mais favorável e portanto acumulam maior carga combustível, a vegetação tem maior humidade e o fogo propaga-se mais lentamente.

3.6.4. Hidrografia

Através da leitura da Carta Hidrográfica do Anexo F, constatamos que existem três rios a atravessar a nossa área de Estudo. O rio Minho e o rio Mouro são os que apresentam maior expressão atravessando cerca de 7,4 km do território da ZIF. O rio Vez atravessa uma pequena extensão da freguesia de Merufe (aproximadamente 1 km).

Apesar de serem contabilizados 189 km de linhas de água, grande parte dessas linhas são temporárias, secando na época estival.

3.7. Caracterização Ecológica

A caracterização Ecológica de uma determinada região pode ser definida como a descrição dos processos integrados num determinado ecossistema, assim como as relações existentes dentro do mesmo.

Na elaboração dum modelo de gestão, a caracterização ecológica tem como papel principal, a identificação e caracterização dos principais valores ecológicos e naturais existentes na área de estudo. Pretende-se com isto estudar e propor medidas que garantam

a sustentabilidade e não ponham em causa o equilíbrio biológico existente dentro do ecossistema, quer a nível animal como vegetal.

A seguinte caracterização da fauna e flora foi realizada tendo em conta a região biogeográfica, pretendendo-se estudar a sustentabilidade do sistema para suportar a vida vegetal e animal, tanto a nível da preservação como a nível da produção.

3.7.1. Fauna

A fauna selvagem representa um elevado e importante valor ecológico, uma vez que contribui para a estabilidade e compreensão do funcionamento do ecossistema.

Representa também um valor económico na região através de atividades como a caça, pesca e o turismo.

Através do levantamento de campo complementado com o estudo bibliográfico foi possível identificar as principais espécies de fauna existentes, tendo grande parte delas elevado valor cinegético. Na seguinte tabela encontra-se a listagem das espécies existentes.

Tabela 9 - Fauna Ocorrente na zona de estudo

Grupo	Espécie	Nome vulgar
Mamíferos	Oryctolagus cuniculus	Coelho bravo
	Lepus granatensis	Lebre
	Sus scrofa	Javalí
	Canis Lupus Signatus	Lobo Ibérico
	Vulpus vulpes	Raposa
	Meles meles	Texugo
	Erinaceus europaeus	Ouriço-Cacheiro
	Eutamias	Esquilo
	Lutra lutra	Lontra
	Mustela nivalis	Doninha
Aves	Anas platyrhynchos	Pato-real
	Passer domesticus	Pardal comum
	Carduelis chloris	Verdilhão
	Turdus philomelos	Tordo
	Tyto alba	Coruja das torres
	Cuculus canorus	Cuco
	Troglodytes troglodytes	Carriga
	Corvus corax	Corvo
	Falco tinnunculus	Peneireiro vulgar
	Columba palumbus	Pombo bravo
Coturnix coturnix	Codorniz	

	<i>Alectoris Rufa</i>	Perdiz
	<i>Colchicus Mongolicus</i>	Faisão mongol
	<i>Garrulus Glandarius</i>	Gaio
	<i>Streptopelia turtur</i>	Rola
	<i>Athene noctua</i>	Mocho galego
	<i>Milvus migrans</i>	Milhafre
	<i>Turdus merula</i>	Melro
	<i>Aquila chrysaetus</i>	Águia-real
	<i>Strix aluco</i>	Coruja do mato
Repteis	<i>Emys orbicularis</i>	Cágado estriado
	<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado mediterrânico
	<i>Anguis fragilis</i>	Licranço
	<i>Psammodromus algirus</i>	Lagartixa do mato
	<i>Pocardis hispanica</i>	Lagartixa ibérica
	<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra Lusitânica
	<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra de pintas amarelas
	<i>Triturus boscai</i>	Tritão de ventre laranja
	<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão marmorado
	<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã de focinho pontiagudo
	<i>Rana iberica</i>	Rã ibérica
	<i>Rana perezi</i>	Rã verde
	Peixes	<i>Alosa Alosa</i>
<i>Alosa Falfax</i>		Savelha
<i>Chondrostoma Polylepis</i>		Boga
<i>Chondrostoma duriensis</i>		Escalo
<i>Petromyzon Marinus</i>		Lampreia
<i>Rutilus Arcasi</i>		Panjorca
<i>Carassius auratus</i>		Pimpão
<i>Salmo Salar</i>		Salmão
<i>Anguilla Anguilla</i>		Enguia
<i>Barbus Bocagei</i>		Barbo
<i>Gasterosteus Aculeatus</i>		Esgana-Gata
<i>Salmo Trutta</i>	Truta-marisca	
<i>Micropterus salmoides</i>	Achegã	

3.7.2. Flora

A flora é um dos principais componentes dos sistemas naturais e um importante indicador do desenvolvimento local de uma região.

O território da ZIF caracteriza-se pela presença das seguintes principais espécies:

Tabela 10 - Flora ocorrente

Espécie	Nome vulgar
<i>Quercus robur</i>	Carvalho Alvarinho
<i>Quercus pyrenaica</i>	Carvalho Negral
<i>Betula celtiberica</i>	Bétola
<i>Alnus glutinosa</i>	Amieiro
<i>Fraxinus angustifolia</i>	Freixo
<i>Salix atrocinerea</i>	Salgueiro
<i>Sambucus nigra</i>	Sabugueiro
<i>Locinera periclymenum</i>	Madressilva
<i>Arbutus unedo</i>	Medronheiro
<i>Laurus nobilis</i>	Loureiro
<i>Calluna vulgaris</i>	Urze
<i>Ulex europaeus</i>	Tojo
<i>Erica cinerea</i>	Urze
<i>Cytisus scoparis</i>	Giesta

3.7.3. Habitats

Na área de estudo foram identificados um conjunto de habitats húmidos de elevada importância ecológica, incluindo bosques ripícolas dominados por *Alnus glutinosa* e *Salix spp* (91E0*). Trata-se de uma zona ribeirinha muito importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras e para algumas espécies de mamíferos associados ao meio aquático e vegetação ribeirinha.

3.8. Uso e Ocupação do solo

Na elaboração do mapa de uso e ocupação do solo (anexo G), foi realizada uma análise da ocupação atual do solo através de ortofotomapas digitais relativos aos voos efetuados em 2006 e ao reconhecimento das áreas no terreno, através de trabalho de campo.

Na seguinte tabela é possível quantificar em área total (ha) e em percentagem os diversos tipos de ocupação do solo na área da ZIF Monção.

Tabela 11 - Uso e Ocupação do Solo; Fonte: Agresta

Ocupação do solo	Área (ha)	Área (%)
Área Social	324,35	4,81
Área Agrícola	2050,50	30,40
Área Florestal	2375,01	35,21
Área de Incultos	1947,05	28,87
Águas interiores	48,31	0,72

3.8.1. Uso e Ocupação do solo Florestal

Como foi referido anteriormente a área Florestal correspondente à ZIF Monção é de aproximadamente 64% da totalidade do território. Estamos perante uma região com alguma densidade florestal dispersa ao longo de quase todas as freguesias constituintes. A classificação em área florestal abrange quer os espaços florestais ocupados por povoamentos florestais, quer os ocupados por matos.

Analisando a Carta do Anexo G, podemos constatar que existe uma mancha bastante relevante da classe de Incultos (aprox. 29%), situada sobretudo a Sul do território em zonas de elevada altitude. A sua explicação deve-se não só ao declive das zonas como também à existência da atividade silvo-pastoril e à ocorrência com alguma frequência de incêndios florestais.

A área agrícola corresponde a cerca de metade da florestal e encontra-se sobretudo em zonas próximas aos cursos de água, devido ao fato de estes permitirem a sua fácil captação para a rega das culturas. A agricultura local é caracterizada sobretudo pela viticultura e pequenas áreas de cultivo de culturas como milho, batata, feijão e centeio na maioria para autoconsumo.

No que respeita às espécies florestais temos a predominância sobretudo do Pinheiro Bravo, Carvalho e Eucalipto, surgindo também outras resinosas e outras folhosas como representa a tabela 12.

Na composição e estrutura dos povoamentos, constatamos que a grande maioria da área é ocupada por Pinheiro Bravo em povoamentos puros e irregulares, excetuando as manchas desta espécie plantadas de forma alinhada nas Freguesias de Merufe e Longos Vales. Entre estes dois perímetros florestais está instalado um povoamento puro e regular de eucalipto da Portucel que ocupa 10 ha de área.

Tabela 12 - Ocupação do Solo Florestal e respetiva percentagem de área; Fonte: Agresta

Ocupação do solo florestal	Área (%)
Pinheiro Bravo	80,41
Carvalho	7,19
Eucalipto	1,06
Outras Resinosas	1,20
Outras Folhosas	10,04

3.9. Análise do Histórico dos Incêndios florestais

Pretende-se analisar o histórico das ocorrências, áreas ardidas e respetivas localizações, compreender de que forma as características do território as condicionam e assim estabelecer alguns padrões comportamentais. Só conhecendo as causas é possível delinear estratégias eficazes de ações de prevenção, vigilância, combate e sensibilização, para que desta forma a população possa usufruir deste bem tão inestimável.

O território do Alto Minho caracteriza-se por possuir uma vasta área ardida. Existe uma grande continuidade de superfície ardida, muito em consequência da grande dimensão das manchas florestais, intimamente associadas às áreas comunitárias com grande peso nesta região e na nossa área de intervenção. Monção, a par do distrito de Viana do Castelo, é dos concelhos com maior área ardida do Alto Minho.

A análise do histórico dos incêndios florestais foi elaborada através dos dados recolhidos no sítio da internet do ICNF, do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndio do Distrito de Viana do Castelo e do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Monção.

Entre 1980 e 2000 verificou-se um aumento do número de ocorrências e área ardida. A figura 6 mostra-nos que os anos de 1980 a 1984 foram anos calmos, verificando-se um ligeiro aumento nos anos seguintes, com uma incidência diminuta entre 1991 e 1995. Este panorama mudou de figura no ano de 1996 e 1998 com um elevado aumento de ocorrências e área ardida.

Seguiu-se um decréscimo até 2003, ocorrendo um aumento acentuado em 2004, com 94 ocorrências. O ano de 2008 foi o ano em que se verificaram menor número de ocorrências, com registo de apenas 25 ocorrências. Este valor aumentou abruptamente nos anos de 2009 e 2010, com um registo de 100 e 122 ocorrências. (Figura 7)

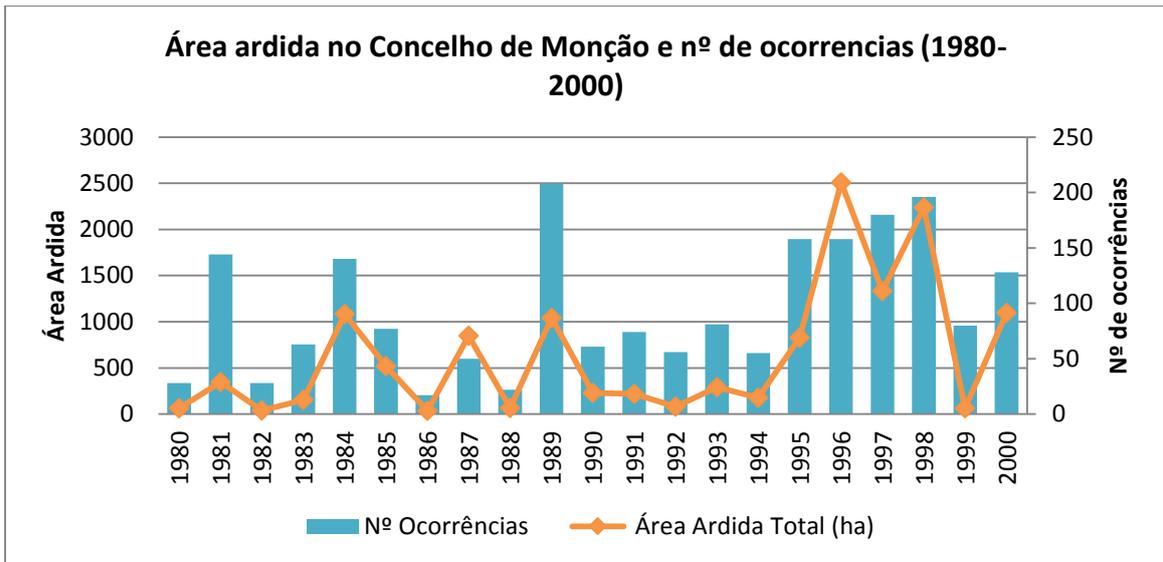


Figura 6 - Área ardida e n.º de ocorrências do Concelho de Monção (1980-2000)

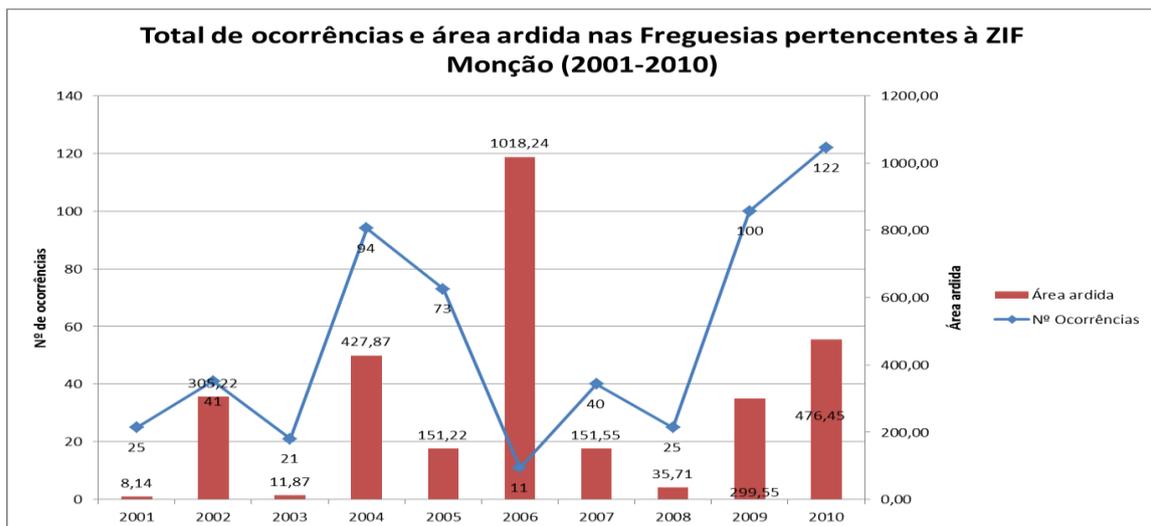


Figura 7 - Área ardida e n.º de ocorrências do Concelho de Monção (2001-2010)

No que respeita à área ardida verifica-se um máximo em 1996, seguindo-se o ano de 1998 e passado um período de menores áreas atingidas, surge 2006 com valores mais elevados. Certamente por influência da falta de precipitação que se fez sentir nesse ano colocando a maior parte do território em seca e em seca extrema.

Da análise feita aos gráficos percebe-se que até ao ano 2000 existe uma co-relação forte entre a área ardida e o número de ocorrências, enquanto nos últimos anos (gráfico 4), o mesmo não acontece, como exemplifica o ano de 2006, em que temos um número

baixo de ocorrências e uma área ardida muito elevada, este ano arderam cerca de 1019 hectares e registaram-se apenas 11 ocorrências.

A área territorial abrangida pela ZIF Monção, no que respeita a áreas ardidas equipara-se aos resultados registados no concelho.

Da área ardida total do concelho (7 763,55ha), correspondendo aos anos de 2001 a 2010, a área de intervenção (ZIF Monção) contribui em cerca de 48%. Esta é uma percentagem muito alta, e das freguesias constituintes da ZIF a que mais contribui para essa percentagem, foi a freguesia de Merufe, com um valor médio de área ardida de 1568ha (Figura 8). Para analisar este resultado deve associar-se a informação relativa à dimensão da freguesia. Merufe é a maior freguesia do concelho, apresentando uma área de 2 850 ha, com grandes áreas florestais contínuas utilizadas para a pastorícia.

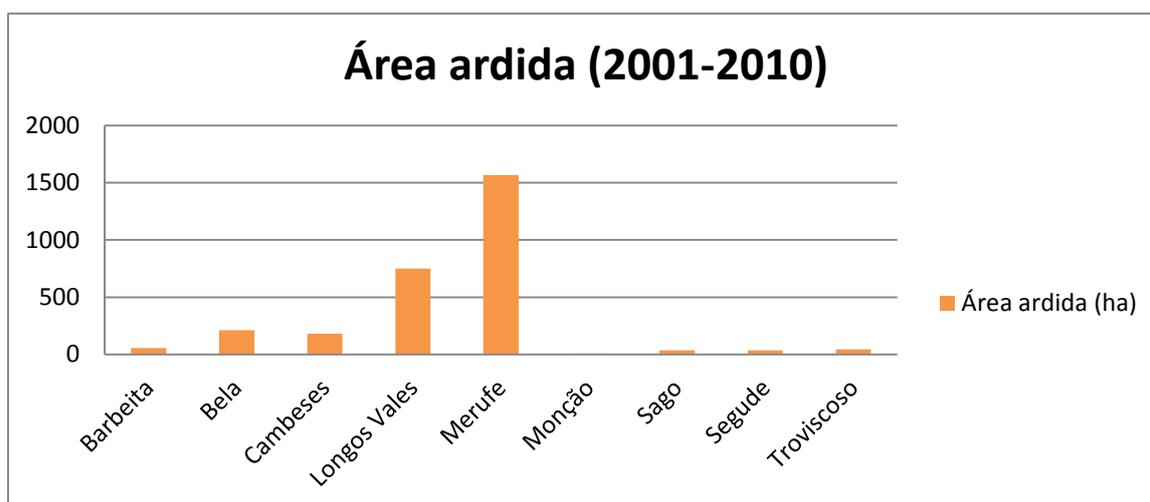


Figura 8 - Área ardida das freguesias da ZIF Monção (2001-2010)

Com cerca de 749,713ha surge a freguesia de Longos Vales, como a segunda freguesia com mais área ardida. Apresenta uma área florestal importante, sendo grande parte, Baldio submetido ao Regime Florestal. Em 2007 foi concluída a criação de faixas de gestão de combustível aos aglomerados populacionais, por intermédio de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (ainda ao abrigo do Decreto-lei nº 156/2004).

Este foi um contributo importante, pois as áreas contempladas por este projeto não têm sido afetadas pelos incêndios. Em 2008 arderam apenas 4,71 ha, contrariando a tendência dos anos anteriores.

Encontra-se em fase de implementação um projeto de arborização e limpeza de baldios ao abrigo de uma candidatura aos fundos comunitários em 2008. Este projeto incide nas zonas altas da freguesia, onde faz fronteira com Merufe e Lordelo. Nesta área, desde a implementação do projeto, não se registaram ocorrências.

Contudo em 2009 arderam cerca de 191,885 ha num incêndio que deflagrou por volta da 1h20m no lugar da Porqueira, só passado 18 horas foi dado como circunscrito. Apesar do incêndio ter deflagrado numa zona de floresta arderam sobretudo mato, giestas e acácias. Esta zona é também muito afetada pelas plantas invasoras. A área ardida neste ano não fazia parte da área de implementação de nenhum dos projetos desenvolvidos na freguesia.

A freguesia da Bela apresenta 210,0 ha de área ardida. Este valor resulta de um grande incêndio ocorrido em 2004 onde arderam 180 ha. Esta freguesia situa-se próxima do núcleo urbano da vila de Monção, com uma densidade populacional muito superior à das freguesias atrás mencionadas e apresenta maior aptidão agrícola.

O valor registado de área ardida em espaços florestais, na freguesia de Cambeses é de 109,8 ha. Destaca-se o ano de 2010, com 67,3 ha e 26 ocorrências. Este resultado está intimamente ligado à detenção de um homem de 40 anos, residente nesta freguesia, acusado de atear vários incêndios florestais em pelo menos 4 freguesias do concelho. Os incêndios foram ateados durante as madrugadas de Verão.

Por ordem decrescente de área florestal ardia segue-se Barbeita (55,49 ha), Troviscoso (43,56 ha), Segude (34,70 ha), Sago (34,67 ha) e Monção (8,12 ha). É previsto que a freguesia de Monção apresente o valor mais diminuto de área ardida, pois é a freguesia com maior densidade populacional, onde se localiza o núcleo urbano. A mancha florestal é pouco representativa.

3.9.1. Grandes Incêndios

Consideramos como grandes incêndios – área ardida e nº de ocorrências -, áreas ardidadas superiores a 100ha. A análise a este parâmetro revela uma distribuição praticamente parcial entre a área ardida em matos e em povoamentos do concelho de Monção. A freguesia de Merufe é a mais fustigada pelo fogo e conseqüentemente a que regista maior área ardida e maiores eventos de grandes dimensões. Torna-se difícil analisar pelo ao facto de arder com muita regularidade e apresentar os dados dos vários anos em camadas sobrepostas. Nestes grandes incêndios a área ardida de matos sobrepõe-se em relação à área ardida de povoamentos florestais, foram consumidos no total 510ha

de matos e 148ha de povoamentos. A freguesia da Bela foi fustigada em 2004 por um grande incêndio que consumiu 180ha, em que 114ha correspondem a área de mato e 66ha a pinhal, foram registadas apenas 3 ocorrências. Longos Vales, foi palco de dois grandes incêndios nos anos de 2006 e 2009, com uma área ardida total de 307 e 192ha, respetivamente. Em 2006 arderam 9ha de povoamento, enquanto de mato arderam 298ha onde foram registadas 3 ocorrências. No incêndio de 2009 a área ardida corresponde a 14 ocorrências e a área ardida de povoamentos e matos foi semelhante.

Das freguesias do concelho de Monção, alheias dos limites da ZIF, registaram-se também grandes incêndios. No ano de 2005, as freguesias de Riba de Mouro, Pias, Portela e Sá, registaram incêndios que consumiram 112, 197, 272, 281 ha de área ardida florestal.

Em 2006, a freguesia de Pias registou uma ocorrência que devastou 256ha de área florestal, 163ha de mato e 93ha de pinhal. As freguesias da Portela e Podame, em 2010, viram ser consumidos 376ha e 544,821 de área florestal, respetivamente. (Anexo H)

4. Inquérito de Adesão e Participação na Zona de Intervenção Florestal de Monção

4.1. Contextualização

Os proprietários e produtores florestais aderentes com os seus respetivos prédios rústicos assumem um papel preponderante na concretização e sucesso destes tipos de projetos. Como qualquer membro, a sua adesão implica o cumprimento dos diversos deveres e respetivos direitos. A sua participação prolonga-se além da adesão à ZIF, mantendo um papel ativo no desenvolvimento das ZIF colaborando com as entidades gestoras na tomada de decisões e implementação de acções no terreno, principalmente naquelas que envolve parcelas em sua posse.

Tendo em conta que atualmente a zona de estudo é constituída por aproximadamente 250 proprietários/produtores florestais aderentes e por 1734 prédios rústicos, será de esperar que constituam um grupo de indivíduos bastante heterogéneo com interesses distintos, cujas diferenças poderão ter bastante impacto no desenrolar do processo de desenvolvimento e eficácia da implementação do conceito ZIF no território.

O estudo, análise e compreensão das diversas características dos aderentes da ZIF de Monção poderá ser um enriquecedor complemento para a pretendida análise da implementação do conceito ZIF. Neste sentido, foram realizados inquéritos dirigidos aos

aderentes que terão como principal objetivo a compreensão dos processos de adesão e participação à Zona de Intervenção florestal de Monção.

A nível dos objetivos específicos podemos destacar caracterização dos aderentes a nível demográfico e social, perceber os motivos de adesão, caracterizar os prédios rústicos, saber as perspetivas futuras, avaliar o nível de informação e satisfação relativamente à ZIF e estudar a viabilidade da implementação do projeto e as necessidades dos produtores/ proprietários florestais.

No sentido de concretizar estes objetivos foi formulado o seguinte conjunto de questões (Tabela 13) entregue aos aderentes aquando da sua vinda às instalações da entidade gestora para efeito de descrição do território, numa das fases de implementação da ZIF, sob a forma de inquérito (anexo H)

Tabela 13 - Conteúdos do inquérito realizado aos aderentes da ZIF Monção

Nº da questão	Conteúdos
0	Identificação
1	Adesão da totalidade das parcelas
2	Número de Parcelas com que aderiu
3	Principais Usos das Parcelas
4	Espécies Florestais mais representativas
5	Exploração das parcelas com fins Agrícolas ou Florestais
6	Contratação de alguma empresa/particular para limpeza ou manutenção
7	Razões para a adesão à ZIF
8	Parcelas afetadas por incêndios nos últimos anos
9	Benefícios com a adesão à ZIF
10	Informação acerca dos direitos e deveres
11	Benefícios já auferidos com a adesão à ZIF?
12	Entrega da Gestão das propriedades à entidade gestora
13	Satisfação com a adesão e participação na ZIF

4.2. Metodologia

A Zona de Intervenção Florestal compreende um universo de 250 proprietários/produtores florestais “aderentes”.

A amostragem consistiu na seleção aleatória de 100 classes desses indivíduos, distribuídos pelas diversas freguesias do concelho de Monção. A realização do inquérito nas instalações da entidade gestora facilitou o processo de retorno dos inquéritos o qual

foi de 100%. Deste modo, foram obtidas informações referentes a 40% da totalidade dos aderentes à ZIF Monção

A recolha de dados foi realizada através da resposta de um inquérito anónimo com um total de treze questões principais com o nome de “ Inquérito de Adesão e Participação na Zona de Intervenção Florestal de Monção.” (anexo I)

Na realização deste inquérito foi dada especial atenção à existência de uma grande heterogeneidade no universo dos aderentes, sendo por isso utilizado no inquérito um vocabulário simples, evitando ao máximo a utilização de termos técnicos suscetíveis a criar dúvidas ou enganos.

Aquando da entrega dos inquéritos foi especificado o âmbito dos mesmos, sendo garantida a confidencialidade das respostas.

4.3. Resultados obtidos

A apresentação e análise dos dados aferidos nas questões seguem a ordem apresentada no inquérito. Inicia com a identificação e caracterização sociodemográfica dos inquiridos e segue com as questões relacionadas com o processo de adesão e participação.

4.3.1. Caracterização Social e Demográfica da Amostra

Na tabela 14 são apresentados os dados relativos à caracterização social e demográfica da amostra, mais precisamente a idade, o género, freguesia de residência e situação profissional.

As idades dos aderentes inquiridos varia entre os 19 e 86 anos, sendo que 73% tem mais de 46 anos de idade.

No que respeita ao género não existe uma diferença muito significativa uma vez que 46% dos indivíduos são do sexo masculino e 54% do feminino.

Em relação à freguesia de residência dos inquiridos, verificamos que 67% reside nas freguesias de longos vales e Merufe com 37% e 30% respetivamente. As restantes freguesias apresentam uma distribuição uniforme que vai de acordo com a densidade populacional, excetuando a freguesia de Monção que por ser a sede de concelho e uma zona maioritariamente residencial não aparece como resposta em nenhum dos inquiridos.

Relativamente à situação profissional, cerca de metade dos inquiridos encontra-se profissionalmente ativos, sendo a percentagem de desempregados de 21% e de 42% a de aposentados. (tabela 14)

Tabela 14 - Caracterização sociodemográfica da população

Identificação	Sócios Aderentes n=100								
	Xmin	Xmax	18-30	31-45	46-60	61-100	Média		
Idade (anos)	19	86	8	19	33	40	57		
Sexo (%)	Masculino	Feminino							
	46	54							
Freguesia (%)	Barbeita	Bela	Cambeses	Longos Vales	Merufe	Monção	Sago	Segude	Troviscoso
	9	11	6	37	30	0	3	1	3
Situação Profissional (%)	Desempregado	Empregado	Reformado						
	21	37	42						

4.3.2. A adesão com a totalidade ou parte das parcelas situada na área da ZIF

Através da questão número 1, verificamos que 89% dos produtores/proprietários aderiu com a totalidade das suas parcelas rústicas inseridas na área da ZIF, sendo que apenas 11% não aderiu com a totalidade. Os motivos que levaram a não aderir com a totalidade das parcelas foram problemas ao nível da documentação, delimitação e partilhas com 6%, 3% e 2% respetivamente. (figura 9)



Figura 9 - Motivos para a não adesão com a totalidade das parcelas situadas na área abrangida pela ZIF

4.3.3. Número de Parcelas com que aderiu à ZIF

Os dados aferidos com a questão número 2 mostram que 69% dos aderentes entraram com seis ou mais parcelas, sendo que 31% possui mesmo mais do que dez

parcelas rústicas. Apenas 9% dos proprietários aderiu com apenas uma parcela. Através da figura 10 podemos observar os dados que anteriormente foram apresentados.

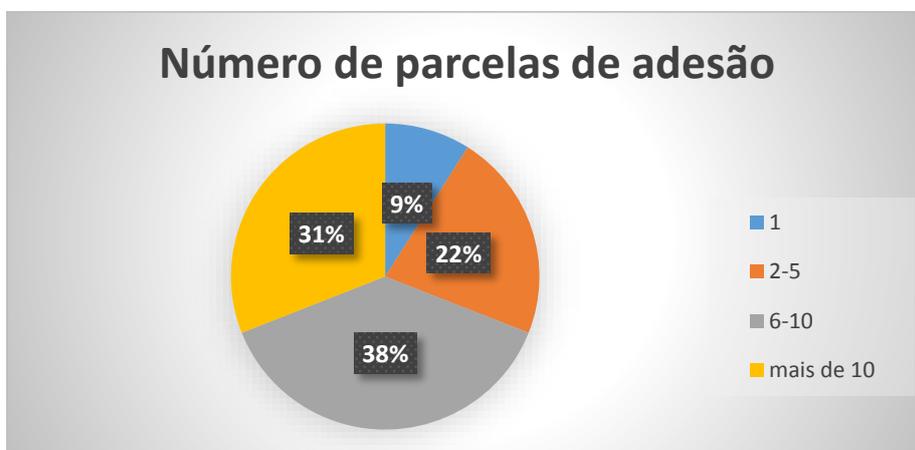


Figura 10 - Número de parcelas com que aderiu cada proprietário/produtor

4.3.4. Principais tipos de parcelas segundo o uso agroflorestal do solo e espécies florestais mais representativas

No que respeita aos tipos de parcelas, segundo o uso agroflorestal do solo, encontramos sobretudo o domínio Florestal e Matos com 74% e 36% respetivamente. Com menor expressão surgem os usos agrícolas (13%) e olival (2%). Dois dos inquiridos reponderam a opção “Outros”, não especificando o uso a que se referiam (figura 11).

Os dados referentes à questão 4 “Espécies Florestais mais representativas” fornecem-nos a informação que a espécie com maior incidência nos 74 indivíduos que possuíam floresta, é o Pinheiro com (77%; n=57) seguindo depois o Eucalipto (37%; n=27), as Acácias (24%; n=18), os Carvalhos (15%; n=11), os Sobreiros (10%; n=7) e por último surgem os Castanheiros com 8% (n=6) como podemos observar na tabela 15.

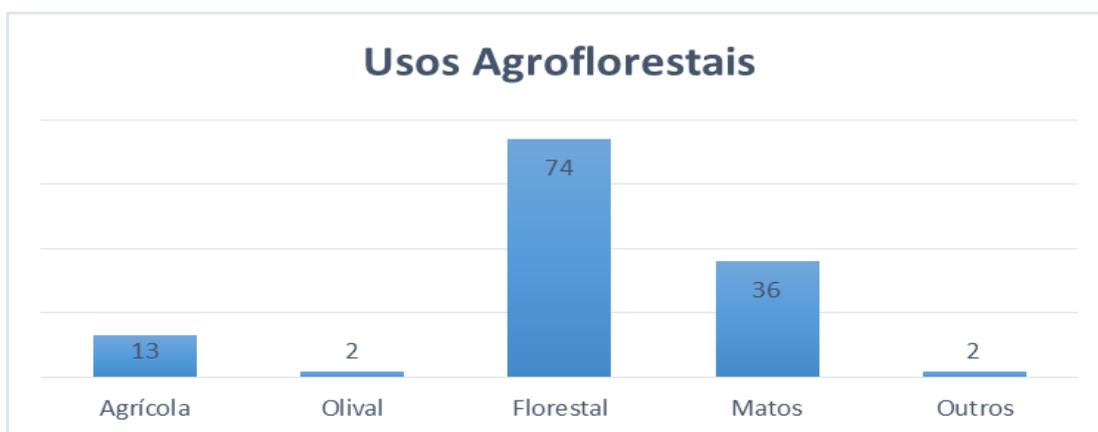


Figura 11 - Tipos de parcelas segundo o uso Agroflorestal

Tabela 15 - Espécies mais representativas nos solos Florestais da ZIF Monção

Espécie	n	%
Pinheiros	57	77
Eucalipto	27	37
Sobreiros	7	24
Carvalhos	11	15
Castanheiros	6	10
Acácias	18	8

4.3.5. Prática Agrícola ou Florestal nas parcelas e contratação de Empresas/Particular para limpeza ou manutenção

Grande parte dos inquiridos explora as suas parcelas para fins agrícolas ou florestais, mais concretamente 69% dos inquiridos. Em oposição, 31% respondeu que não tira qualquer proveito agroflorestal com a exploração das suas parcelas (Tabela 16).

Na pergunta número 6, temos informação que nos últimos anos, cerca de metade (47%) dos participantes no inquérito já contraiu serviços através de alguma empresa ou particular, para limpeza ou manutenção das suas propriedades (Tabela 16).

Tabela 16 - Exploração das parcelas com fins agroflorestais e contratação de serviços de limpeza ou manutenção

	Sim	Não
Exploração das parcelas com fins Agroflorestais	69	31
Contração de serviços de limpeza ou manutenção	47	53

4.3.6. Motivos para a adesão à ZIF Monção

As razões que surgem com maior frequência para justificar a adesão dos inquiridos à ZIF foram: “Beneficiar de apoio técnico especializado e gestão profissional na(s) sua(s) parcela(s)”; “Pequena dimensão dos terrenos não justificava investimentos próprios na gestão florestal” e “Maior segurança face aos incêndios florestais” com 82 %, 73 % e 68 % respetivamente.

Inversamente surgem com menos frequência razões como “Contribuir para um melhor ordenamento e planeamento do espaço rural abrangido pela ZIF” e “Parcela(s) não aproveitada(s) devido às características do(s) terreno(s)” com apenas 21% e 11% cada. A tabela 17 apresenta todas as razões apresentadas bem como a percentagem aferida para cada uma.

Tabela 17 - Motivos para adesão dos proprietários/produtores florestais à ZIF Monção

Razões para a adesão á ZIF Monção	%
Beneficiar de apoio técnico especializado e gestão profissional na(s) sua(s) parcela(s)	82
A pequena dimensão dos terrenos não justificava investimentos próprios na gestão florestal	73
Maior segurança face aos incêndios florestais	68
Maior segurança face a pragas e doenças	35
Contribuir para um melhor ordenamento e planeamento do espaço rural abrangido pela ZIF	21
Beneficiar de medidas de apoio financeiras para a gestão florestal	43
Falta de capacidade financeira para investimento próprio na gestão florestal	39
Pouco tempo ou disponibilidade para a gestão florestal ou exploração da(s) sua(s) parcela(s)	31
Parcela(s) não aproveitadas devido às características do(s) terreno(s)	11
Por aconselhamento de outros proprietários/produtores florestais	36

4.3.7. Parcelas afetadas diretamente por incêndios nos últimos 5 anos, e em caso afirmativo, qual a predominância de uso destes solos

Existe uma elevada percentagem de aderentes afetados diretamente por incêndios no período dos últimos 5 anos (38%), figura 12. A maior parte dos terrenos afetados foram sobretudo áreas florestais e matos, respetivamente com aproximadamente 58% (n=26) e 38% (n=17). Com menos incidência surgem também solos agrícolas 4,5% (n=2). (Tabela 18)

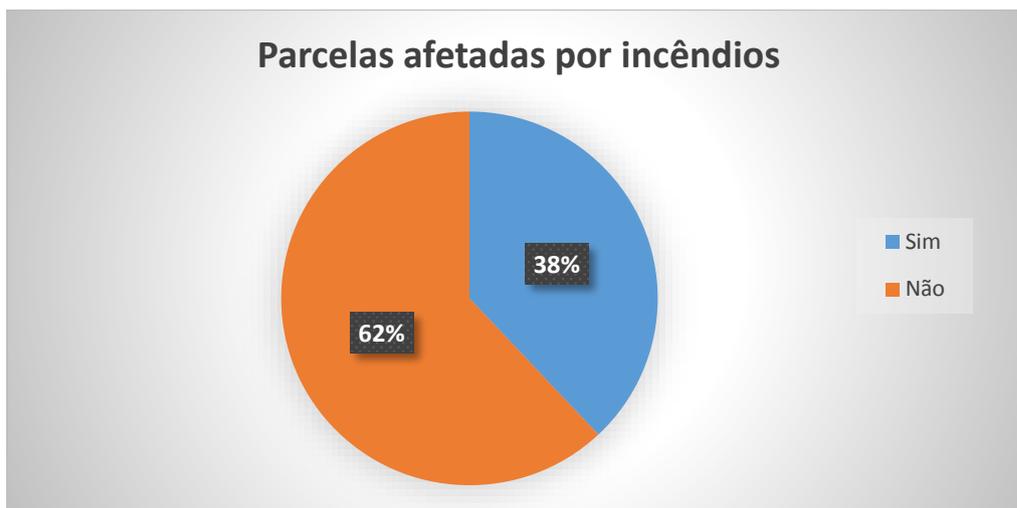


Figura 12 - Existência de parcelas afetadas diretamente por incêndios nos últimos 5 anos

Tabela 18 - Ocupação dos solos afetados diretamente por incêndios florestais

Ocupação do Solo	n	%
Agrícolas	2	4,5
Olival	0	0
Florestal	26	57,8
Matos	17	37,7

4.3.8. Confiança quantos aos benefícios de adesão à ZIF e benefícios já obtidos com a adesão

Os inquiridos são praticamente unânimes ao acreditar em benefícios futuros com a adesão, apesar de apenas 22% já ter tido algum tipo de benefício com a mesma (tabela 19). No que respeito ao tipo do benefício (Tabela 19), temos como mais relevante “O apoio especializado ou Aconselhamento” com 74% (n=17).

Tabela 19 - Crédito nos benefícios da adesão à ZIF e benefícios já auferidos

	Sim	Não
Acredita que terá benefícios com a Adesão à ZIF?	97	3
Já teve algum Benefício?	22	78

Tabela 20 - Benefícios já adquiridos com a adesão à ZIF de Monção

Benefícios já adquiridos com a adesão	n	%
Apoio técnico especializado ou aconselhamento	17	74
Acções de proteção contra incêndios	0	0
Acções de proteção contra pragas e doenças	2	9
Apoio financeiro	0	0
Maior rendimento da(s) sua(s) parcela(s)	3	13
Serviços prestados pelos sapadores florestais	1	4

4.3.9. Informação acerca dos direitos e deveres dos aderentes

Questionados se possuem informação quanto aos direitos e deveres por se tornarem aderentes à Zona de Intervenção Florestal, surgem ainda 29% dos indivíduos que de uma forma total ou parcial, ainda não possui informação sobre os direitos e deveres que sobre si recaem. (Figura 13)

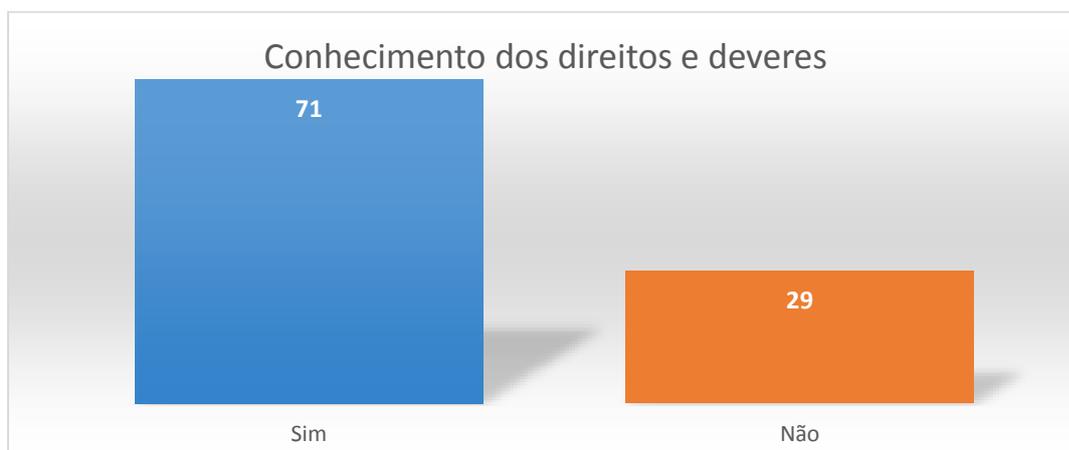


Figura 13 - Percentagem de indivíduos que conhecem os seus direitos e deveres enquanto aderentes da ZIF

4.3.10. Interesse num futuro próximo em entregar a gestão das parcelas à Entidade Gestora

Realizada a questão número 12 sobre se haveria interesse de num futuro próximo, entregar por inteiro a gestão das suas propriedades (sem abdicar dos direitos de proprietário) à entidade gestora da ZIF, aferiu-se que apenas 26% dos inquiridos estaria interessado, sendo que a maioria ainda tem dúvidas ou não sabe se estaria interessado. (Figura 14)

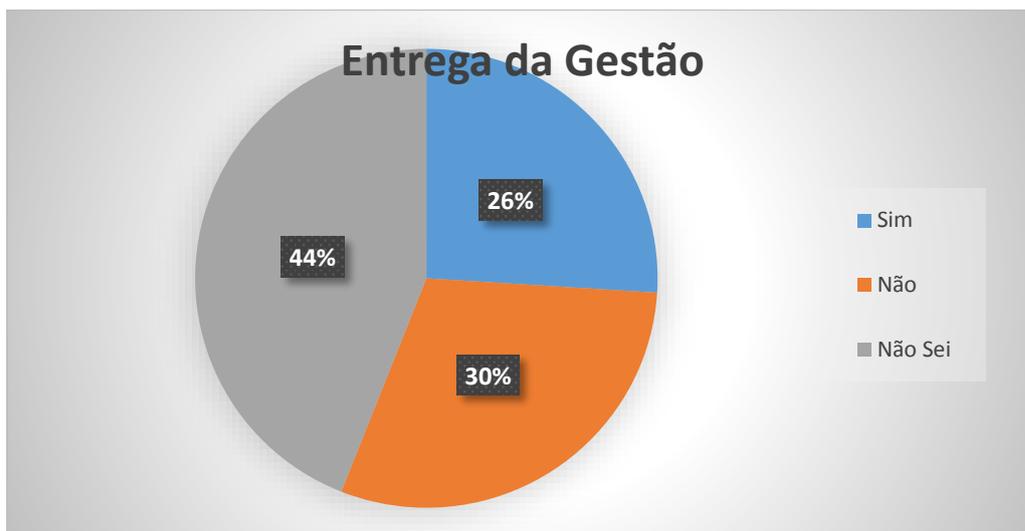


Figura 14 - Interesse na entrega por inteiro da gestão das propriedades à Entidade Gestora

4.3.11. Satisfação com o processo de adesão e participação na ZIF

Por fim com pergunta 13, aferiu-se que 71% dos produtores/proprietários que aderiram à ZIF, encontram-se satisfeitos com todo o processo de adesão e participação no projeto. (Tabela 21)

Tabela 21 - Satisfação com o processo de adesão e participação no projeto

	Sim	Não
Satisfação com a Adesão e Participação na ZIF	71	29

5. Discussão de resultados

Através da análise demográfica dos proprietários/produtores florestais aderentes à ZIF de Monção, conclui-se que estamos perante uma população bastante envelhecida (73% com mais de 45 anos) e com tendência para um agravamento da situação. Aliado a esta situação temos ainda o facto de 42% dos indivíduos se encontrarem reformados. A situação de reforma por um lado pressupõe teoricamente mais tempo livre para despender em atividades de gestão agroflorestal, sendo que por outro lado normalmente às pessoas de idades mais avançadas estão associados mais problemas de saúde bem como maiores debilidades físicas, que poderão levar a uma gestão menos ativa ou mesmo abandono das suas parcelas. Ao realizar a análise deste inquérito temos de pensar que problemas como o envelhecimento e mesmo a análise do território por zonas mais rurais ou urbanas pode estar um bocado distorcido, uma vez que a disponibilidade para se deslocar à Entidade

Gestora aquando da convocatória (coincidente com os questionários) é normalmente menor para a população residente nas freguesias mais afastadas e que apresentam normalmente mais população idosa.

Em linha com o que anteriormente foi referido e depois de recolhida informação junto da Entidade Gestora, foram os indivíduos de idade mais avançada que se mostraram mais disponíveis e cooperantes ao longo de todo o processo de adesão. Este facto poderá dever-se aos motivos anteriormente referidos e ligados sobretudo à menor disponibilidade física desta classe social para realizar as atividades de gestão florestal.

As freguesias com maior número de aderentes são sobretudo freguesias de meios rurais e mais distantes da sede de concelho de Monção. Nestes meios apesar de as populações se dedicarem na sua maioria ao setor primário, existem muitos indivíduos que emigraram para o estrangeiro ou para outros meios urbanos que procuram com a adesão ao projeto da ZIF, entregar a gestão das suas parcelas agroflorestais.

No que respeita à adesão total ou parcial das parcelas, pode-se aferir a existência de uma fração com alguma importância que respondeu não ter aderido com a totalidade (11%). Tendo em conta que a eficácia da aplicação do projeto depende da contiguidade das áreas, torna-se de extrema importância tentar fornecer serviços de ajuda na resolução dos motivos que levaram os aderentes a deixar parte das parcelas fora da abrangência da área ZIF. Em problemas relacionados com a documentação e limitação das propriedades existe a possibilidade de a Entidade Gestora intervir e com isso ultrapassar os obstáculos, estando nestes casos a cumprir já com os objetivos da criação da ZIF.

A análise do número de parcelas com que cada produtor/proprietário florestal aderiu permite-nos constatar que estamos perante uma zona de *minifúndio* caracterizada pela existência de um grande número de parcelas de reduzida dimensão e parte delas com problemas de acessibilidade. A gestão florestal nestas condições torna-se problemática quer para os proprietários quer para a própria Entidade Gestora, tornando-se igualmente este fator um dos principais motivos de adesão dos proprietários. A implementação da Zona de Intervenção Florestal terá de ir de encontro com estas características uma vez que estamos perante o maior entrave à sua eficácia.

A impossibilidade de conhecer ao pormenor as parcelas de cada aderente, principalmente no que diz respeito à ocupação do solo das respetivas áreas foi uma das maiores limitações para esta análise. Ainda assim, verificou-se que 74% dos aderentes, ou seja, a grande maioria, possui parcelas florestais, seguindo-se depois os matos com 36%. No domínio florestal os pinhais e eucaliptais são os espaços predominantes, sendo

igualmente os povoamentos com maior combustibilidade e conseqüentemente mais afetados pelos incêndios florestais. A inadequada limpeza e manutenção dos territórios aliada com o abandono destes territórios tornam o risco de incêndio mais elevado e causam dificuldades no combate dos mesmos. No seguimento da anterior problemática é de realçar que “a maior segurança face aos incêndios florestais”, “A pequena dimensão dos terrenos não justifica os investimentos próprios na gestão florestal” e o “benefício de apoio técnico especializado na gestão profissional da(s) suas parcela(s)” são as razões que mais motivaram a adesão dos proprietário/produtores florestais à ZIF.

Os resultados obtidos na ordem dos 47% de indivíduos que já recorreram a empresas/particulares para trabalhos de limpeza e ou manutenção nas suas parcelas florestais, vem atestar a necessidade por parte dos proprietários de recorrer a terceiros para garantir a gestão florestal que por vezes é realizada deficientemente ou por pessoal não habilitado nem especializado. A adesão à ZIF vai de encontro com os problemas dos proprietários e vai resolver as suas necessidades.

Da totalidade dos aderentes existe uma percentagem bastante elevada de proprietários (31%) que não explora as suas parcelas agrícolas ou florestais, o que pode levar ao abandono dos terrenos agroflorestais e conseqüentemente dificultar processos futuros de combate a incêndios que posteriormente podem agravar os problemas que daí advém. Os motivos principais para a não exploração agrícola ou florestal são sobretudo o facto do investimento inicial não compensar o eventual retorno financeiro futuro, a dimensão reduzida das parcelas, falta de tempo para as atividades agroflorestais devido à situação profissional e a falta de vocação para este tipo de atividades principalmente nas parcelas herdadas de familiares que em tempo exploravam os terrenos, sendo mesmo por vezes a principal fonte de rendimento ou uma ajuda complementar importante. A adesão à ZIF vem uma vez mais evitar que estes problemas aconteçam ou sejam minimizados, através da entrega da Gestão das parcelas à Entidade Gestora.

A incidência de “fogos florestais” nos últimos anos é de cerca de 40% do universo de indivíduos que respondeu ao inquérito. Tudo isto se torna mais grave se analisarmos que na questão apenas é perguntado aos proprietários se foram afetados “diretamente” e num curto período de tempo, mais concretamente os últimos 5 anos. Normalmente os incêndios são consequência duma gestão florestal deficiente ou agravados pela mesma errada gestão.

As atividades de limpeza e manutenção podem provocar focos de incêndio quando realizadas sem o cumprimento das normas de segurança. Os dados acerca da ocupação

dos solos afetados pelos incêndios atestam a teoria de que são as florestas e os matos (normalmente mais suscetíveis ao abandono) os mais atingidos.

Um dos principais aspetos para a concretização dos objetivos e sucesso das ZIF é a colaboração dos aderentes nas estratégias e atividades da Entidade Gestora nos territórios. A disponibilidade e contribuição dos aderentes está condicionada pela sua confiança no projeto e sentimento de informação e satisfação ao longo do seu desenvolvimento.

No que respeita à confiança da esmagadora maioria (97%) encontra-se confiante no projeto, mais concretamente no que respeita à confiança em sair beneficiado com a adesão à ZIF. Contrariamente apenas 22% dos inquiridos respondeu já ter recebido algum tipo de benefício com a adesão ao projeto. Estes valores são justificáveis uma vez que o mesmo se encontra na fase inicial não tendo sido ainda desenvolvida qualquer atividade no terreno, ficando os benefícios cingidos na sua maioria ao “Apoio técnico especializado ou aconselhamento” (81%).

Surge na análise do conhecimento dos objetivos, direitos e deveres dos proprietários enquanto aderentes, um valor bastante preocupante pois 29% respondeu não se sentir devidamente informada acerca dos mesmos. Dada a importância e o papel central deste grupo de indivíduos no desenvolvimento da ZIF, é importante a análise desta situação e torna-se imperativo trabalhar para resolver a situação, pois a mesma pode no futuro condicionar a adesão e futuras estratégias que envolvam as perspetivas parcelas, comprometendo ou atrasando os objetivos da ZIF.

Para que num futuro a médio ou longo prazo se possa aplicar o conceito de “gestão total” sugerido na revisão legislativa de 2009 aplicáveis às ZIF ⁽³⁾, averiguou-se a disponibilidade dos “aderentes” em entregar a gestão das suas parcelas à Entidade Gestora (sem abdicar dos seus direitos de proprietário), uma vez que este conceito implica uma maior convivência da parte dos produtores e proprietários. No entanto apenas 26% dos inquiridos respondeu afirmativamente, dando a ideia de que ainda haverá um longo trajeto pela frente de modo a conquistar a confiança dos aderentes. A falta de informação quanto ao funcionamento do conceito “gestão total” e a existência de algum receio da perda dos poderes enquanto proprietários apresentam-se como as principais razões para os resultados obtidos.

Por fim os 71% de indivíduos satisfeitos com a adesão e participação na ZIF e a generalidade dos resultados dos inquéritos (anexo 5) são resultados animadores embora deixem no ar a ideia que haverá algo mais a fazer para agradar a totalidade dos aderentes.

5.1. Considerações Finais

A Zona de intervenção florestal de Monção foi criada a longo do ano 2012. Passados dois anos que estão da sua criação foi-me sugerido fazer uma avaliação global da implementação do conceito ZIF e conhecer melhor os aderentes da ZIF, de modo a identificar os principais constrangimentos e procurar as soluções que eventualmente a Entidade Gestora possa adotar de modo a contribuir para um melhor desenvolvimento deste projeto no futuro.

No que respeita os pressupostos legais das ZIF, considero que deveria estar mais explícito qual a percentagem mínima de área aderente para a constituição de uma ZIF, uma vez que não existem referências concretas sobre as áreas mínimas da ZIF e sobre o número de parcelas e proprietários para a totalidade da ZIF. Em bibliografia dispersa e fóruns florestais foi encontrada uma referência ao valor de 50%, como sendo a percentagem “aderente” mínima exigida da totalidade da área da ZIF. Não sendo esta fonte viável penso estar encontrada uma lacuna importante para tentar resolver. Ainda sobre os pressupostos legais surge uma questão relacionada com os instrumentos de planeamento inerentes à ZIF (PGF e PEIF). Estes planos aplicam-se quase exclusivamente às parcelas aderentes, ficando de fora as parcelas não aderentes. Sendo estas apenas obrigadas a cumprir com operações silvícolas mínimas, surge o problema de que todo o projeto ZIF pode ser posto em causa ou não atinja a eficácia pretendida. Neste sentido será imperativo apertar a fiscalidade florestal, de modo a minimizar o problema e proteger o esforço realizado noutras áreas.

Um dos conceitos abordados ao longo do presente estudo é a implementação da “gestão total” que surge na revisão legislativa de 2009 ⁽³⁾

No entanto este conceito não é muito claro definindo-a como “modelo multifuncional em que a entidade gestora procede à gestão integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril”. Procurando junto da Entidade Gestora informação sobre o tema aferiu-se que uma ZIF de “gestão total” é uma sociedade entre proprietários, em que cada um detém uma quota correspondente à área total das parcelas. Através deste conceito consegue-se facilmente gerir proporcionalmente os proveitos e as despesas independentemente da ocupação do solo ou localização das parcelas. O conceito promove a gestão integrada e multifuncional.

A análise dos proprietários/produtores florestais aderentes foi realizada através de um inquérito junto dos aderentes.

O território da ZIF é caracterizado pelo predomínio do “minifúndio”, com parcelas de pequena dimensão (<1ha) e em grande número. Os solos têm uma ocupação sobretudo florestal e matos com elevado risco de incêndio florestal e de abandono por parte dos proprietários. Apresenta aglomerados populacionais dispersos caracterizados por populações envelhecidas. Todas estas características dificultam uma gestão eficaz pela que deverá exigir um projeto muito mais dirigido e atento às características apresentadas pelo território.

Os resultados mostram também que grande parte dos aderentes não explora as suas parcelas agrícolas ou florestas.

As principais motivações para a adesão ao projeto ZIF Monção foram a “ maior segurança face aos incêndios florestais”, “a pequena dimensão dos terrenos não justificava investimentos próprios na gestão florestal” e “Beneficiar de apoio técnico especializado e gestão profissional na(s) suas (s) parcela(s). Sendo estas também os principais objetivos da ZIF, podemos dizer que a mesma vai de encontro com as necessidades dos aderentes justificando assim a confiança que estes depositam nos benefícios futuros, apesar de apenas 21% tem já auferido algum tipo de benefício. A fase inicial do processo de implementação justifica estes valores uma vez que até ao momento o maior benefício adquirido é sobretudo apoio especializado ao nível do aconselhamento.

Foi aferido também o sentimento de informação quanto aos direitos e deveres como aderentes, sendo que existe ainda um número bastante elevado de indivíduos que assume não estar totalmente informado. Cabe então à Entidade Gestora trabalhar no sentido de informar melhor os aderentes, realizando sessões de esclarecimento de dúvidas e divulgar junto dos aderentes, informação relevante acerca da ZIF.

Será importante conseguir que os aderentes tenham o sentimento de confiança quanto aos benefícios da adesão à ZIF, uma vez que a motivação e a dinâmica dos aderentes são o ingrediente fulcral para que a ZIF seja bem-sucedida.

Além da compreensão dos processos de adesão e participação dos proprietários aderentes à ZIF, será importante aprofundar o conhecimento acerca dos proprietários não aderentes, adquirindo assim mais informação acerca do território da ZIF.

5.2. Sugestões para futuras investigações

Os resultados deste estudo revelam que existe um atraso significativo na implementação do conceito “ZIF”, devido principalmente ao atraso na elaboração e

aplicação dos instrumentos de planeamento. Neste sentido será importante no futuro estudar essa temática para perceber os motivos que estão a causar atraso na elaboração dos instrumentos e tentar encontrar um modo de agilizar todo o processo.

Na vertente informativa dos aderentes quanto aos seus direitos e deveres poderão ser desenvolvidas técnicas de divulgação e esclarecimento de dúvidas.

Para um melhor conhecimento do território da área de estudo, será fundamental realizar a atualização do cadastro do uso do solo da região. Trabalho de campo para inventariar os recursos agroflorestais e dividir a área de estudo em talhões.

Referências Bibliográficas

- (¹) - José Neiva Vieira, Lisboa Fevereiro 2010- *O Culto da Árvore e a 1.ª República*
- (²)- Joaquim Sande Silva, Lisboa Novembro de 2006 – *Árvores e Floresta de Portugal: Floresta Portuguesa.*
- (³)- Decreto-Lei n.º 15/2009 de 14 de Janeiro. Diário da República n.º 9, Série I de 2009-01-14. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- (⁴)- Despacho n.º 1/2012/ZIF, de 11 janeiro. Zona de Intervenção Florestal de Monção (ZIF n.º 157, processo n.º 234/09-AFN). Concelho de Monção
- (⁵)- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2005. Diário da República n.º266, Série I-B de 2003-11-17. Presidência do Conselho de Ministros.
- (⁶)- ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) PROF-AM, página consultada em 1 de Julho de 2104. “<http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/alt-minh>”
- (⁷) -Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de Março. Diário da República, 1.ª série — N.º 63 de 2009-03-31. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Direção Geral de Recursos Florestais (DGRF). (2006). *Estratégia Nacional para as Florestas*. Lisboa. Direção Geral de Recursos Florestais.

Feliciano, Diana M. S. (2008). *Avaliação da Eficácia de Organizações de Produtores Florestais do Norte e Centro de Portugal*. Dissertação submetida no cumprimento parcial dos requisitos para o grau de Mestre em Economia. Porto. Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão.

CMM (1994). *Plano Diretor Municipal. Câmara Municipal Monção*, Monção.

CMDFCI (2006). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*, Monção.

DREADM (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho*. Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho – Versão para discussão pública, Lisboa.

Plano Operacional Municipal (2012). *Comissão Municipal e Defesa da Floresta*, Câmara Municipal de Monção, Monção.

Kittredge, David B. (2005). *The cooperation of private forest owners on scales larger than one individual property: international examples and potential application in the United States*. *Forest and Policy Economics*, 7: 671-688.

Mendes, A. M. S. C. (2005a). *The role of Institutions in forest development: the case of forest services and forest owner's associations in Portugal*. International Conference "The Multifunctional Role of Forests –Policies, Methods and Case-studies". 28-30 April. University of Padova.

Aflomção (2010). *Zonas de Intervenção Florestal em Mação –A Gestão Integrada do Território em Minifúndio*. Mação. Aflomção –Associação Florestal do Concelho de Mação.

Damasceno, P. (2007). *Causas de incêndios florestais em Portugal*. Mestrado em Recursos Florestais e Ambiente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Fernandes, P. M. (2006). *Silvicultura preventiva e gestão de combustíveis: opções e otimização*. In J. S. Pereira, J. M. C. Pereira, F. Rego, J. S. Silva & T. Silva (Eds.), *Incêndios florestais em Portugal: caracterização, impactes e prevenção*. Lisboa: ISA Press.

Santos, N., & Cunha, L. (2007). *Novas oportunidades para o espaço rural*. Análise exploratória no Centro de Portugal. Paper presented at the VI Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa.

Devy-Vareta, N. (2003). O regime florestal em Portugal através do século XX (1903-2003). *Revista da Faculdade de Letras -Geografia*, XIX, 427-455.

Anexos

Anexo A- Listagem de Prédios Rústicos e Respetivos Proprietários

N.º	Nome	Residência	N.º Prédios	ÁREA (ha)
1	Fernanda Rocha Pereira	Bela	4	0,932
2	Jorge Rocha Pereira	Bela	7	0,923
3	Maria Cândida Rocha Pereira	Bela	4	1,055
4	Delfim Rocha Pereira	Bela	4	0,536
5	Maria Aurora Rocha Pereira	Bela	5	0,645
6	Maria das Neves Crespo Afonso	Bela	2	0,46
7	Manuel Firmino Rocha Rocha	Bela	9	2,24
8	Agostinho José Caldas Afonso	Bela	6	2,92
9	Manuel Rocha Domingues	Bela	3	1,1
10	Maria Júlia Pereira Monteiro	Bela	8	1,19
11	Maria Agostinha Rodrigues Esteves	Sta. Eugénia – Bela	3	0,459
12	Rosa Maria Rodrigues Esteves	S.ta Eugénia – Bela	4	0,391
13	João Batista Oliveira Esteves	Barbeita	4	1,81
14	Maximino Esteves Rocha	S.ta Eugénia – Bela	2	0,064
15	José Emilio Rodrigues Esteves	S.ta Eugénia – Bela		
16	Manuel Armando Rodrigues Esteves	S.ta Eugénia – Bela	1	0,099
17	Felisbina Gonçalves Rodrigues	S.ta Eugénia - Bela		
18	Maria Eduarda Rodrigues Esteves	S.ta Eugénia - Bela		
19	Maria do Carmo Certal Rodrigues Afonso	S.ta Eugénia - Bela	4	0,36
20	Luis António Pereira Rodrigues	Barbeita	7	0,988
21	José Oliveira Domingues	Bela	3	0,15
22	Joaquim Oliveira Domingues	Quinta - Bela	3	2,35
23	Joaquim Henrique Amoedo Faria	Bela	10	1,889
24	Carolina Agostinha Esteves Alvaro	Castelo - L.Vales	11	3,06
25	Maria Esteves Alvaro	L.Vales		
26	Rosa de Fátima Francisco Felgueiras Ferreira	L.Vales		
27	Maria Angelina Francisco	Bornaria - Bela		
28	Luis Manuel Vaz da Cunha	Bela	12	1,651
29	Balbina Alves de Sousa	Barbeita	1	0,75
30	Laura Augusta Presa Afonso	Velhas - L.Vales	6	0,615
31	Luís Filipe Afonso	L.Vales	7	3,019
32	Fátima do Rosário Afonso	L.Vales	5	3,182
33	Félix da Rocha Torres	Barbeita	3	2,096
34	José Manuel de Sousa Marques	Marco - Bela	18	3,82
35	Jorge Adriano Costa Sousa	Chão de Lopes - Barbeita	3	0,992

36	José João Carvalho Sotto-Mayor	Sende - Cambeses	8	6,318
37	João Paulo das Dores Lemos	Casa de S. Pedro - Monção	5	24,239
38	Mário Afonso Alves	Sago		
39	Ernestina Rolão	Sago	2	0,431
40	João Rolão	Sago	3	0,46
41	Emilia Rolão	Sago	2	0,354
42	Bernardete Rolão	Sago	2	0,264
43	Zaida Rolão	Sago	3	0,397
44	António Manuel Araújo Torres	Cabo - Barbeita	2	0,33
45	Maria Luisa Dias Alves de Sousa Gonçalves	Viana do Castelo	3	0,66
46	Carlos Alberto Rocha Pereira	Vila Nova - Troviscoso	3	0,98
47	Maria Cândida Azevedo Lemos	Santiago - Barbeita	1	0,75
48	Abílio Esteves Pereira	Santiago - Barbeita	8	0,96
49	João Luís Rocha Pereira	Vila Nova - Troviscoso	6	0,63
50	Julio das Dores Lindo Alves	Padreiro - Barbeita	9	0,5
51	Maria Teresa Oliveira Esteves	Cascarneiro - Barbeita	6	0,73
52	Mário Oliveira Rodrigues	Abeção - Barbeita	12	2,9
53	Manuel Brito Alves	Cabo - Barbeita	34	4,87
54	Josefa Conceição Rocha Pereira	Telheira - Bela	6	0,76
55	Maria Rocha Rocha	Telheira - Bela	6	0,852
56	Adília Rocha Rocha	Marco - Bela	8	1,298
57	Joaquim Agostinho Campos Araújo	São Paio - Longos Vales	1	3,5
58	César António Esteves de Carvalho	Quinta da Ameosa - Valadares	8	3,55
59	Maria das Dores da Rocha Rocha Machado	Arcos de Valdevez	7	1,36
60	José Adriano Viana Alves	Moucheira - Ceivães	8	7,21
61	Junta de Freguesia de Longos Vales	Mosteiro - Longos Vales	27	50
62	Junta de Freguesia de Barbeita	Perdigueira - Barbeita	11	39,37
63	Junta de Freguesia de Merufe	Mosteiro - Merufe	88	400
64	Amaro Felgueiras	Souto Fiscal - Longos Vales	36	1,29
65	Alfredo Augusto de Sousa e Castro	Cascarneiro - Barbeita	5	3,45
66	Alzira Vaz Vaz Macedo	Souto Fiscal - Longos Vales	12	0,572
67	Alexandre Belmonte Pereira Igrejas Carvalho	Canles - Longos Vales	19	1,5
68	Aida Maria Vaz	Souto Fiscal - Longos Vales	4	0,4
69	Maria Helena Esteves Rodrigues Carreira	Souto Fiscal - Longos Vales	5	0,4
70	Sérgio Domingues Esteves	Reguengo - Longos Vales	56	8,15
71	José Luis Gonçalves Esteves	Várzea - Longos Vales	14	0,75
72	Manuel António Paula Domingues	Outeiro - Longos Vales	6	0,55
73	Antónino Rodrigues Rodrigues	Nogueira - Longos Vales	20	1,842
74	Salvador do Nascimento Esteves Rodrigues	Souto Fiscal - Longos Vales	13	1,5

75	Teresa de Jesus de Castro Fernandes	Samarão - Longos Vales	11	1,84
76	Maria Eugénia Esteves do Souto Coelho	Outeiro - Longos Vales	2	0,16
77	António Pereira Fernandes	Samarão - Longos Vales	7	1,08
78	Manuel Palhares Braga	Samarão - Longos Vales	10	0,92
79	José Portela Afonso	Santa Tecla - Longos Vales	16	2,68
80	António Vieitos Alves	Lavandeira - Longos Vales	24	2,23
81	Lúcia de Jesus Coelho Rodrigues Domingues	Várzea - Longos Vales	19	1,74
82	António Luis Esteves Rodrigues	Várzea - Longos Vales	10	0,75
83	Aida Agostinha Alves Nobre	Várzea - Longos Vales	14	1,614
84	Ana Maria Esteves Rodrigues Paula	Souto Fiscal - Longos Vales	4	0,441
85	Manuel Souto Vaz	Lavandeira - Longos Vales	5	0,41
86	Sérgio Vaz Lima	Outeiro - Longos Vales	14	1,33
87	Maria Alice Paula Domingues Oliveira	Costa - Longos Vales	15	2,36
88	Natália de Jesus Fernandes Domingues	Reguengo de Cima- Longos Vales	5	1,5
89	João Manuel Esteves Rodrigues	Souto Fiscal - Longos Vales	5	0,384
90	Silvério Dias Menezes	Sende - Cambeses	5	1,122
91	Maria Rosa Barreiros Pires	Valverde - Longos Vales	6	4,43
92	Maria da Glória Domingues Esteves Dias	Sampaio - Longos Vales	6	0,96
93	Joaquim Rodrigues Felgueiras	Outeiro - Longos Vales	8	0,41
94	Maria Agostinha Esteves Gonçalves	Nogueira - Longos Vales	17	1,17
95	Teresa Hermínia Afonso Domingues	Nogueira - Longos Vales	6	0,792
96	Aires Gonçalves Rodrigues	Bogadela - Barbeita	3	0,76
97	Ana Paula Folgado Alves	Costa - Bela	15	2,75
98	António Manuel Neves Matanço	Sintra	5	0,231
99	Renato Fernandes Breia	Nogueira - Longos Vales	4	0,225
100	Maria Agostinha Loureiro Rodrigues	Samarão - Longos Vales	4	0,334
101	Manuel João Loureiro Rodrigues	Lisboa	4	0,334
102	Carlos Manuel Loureiro Rodrigues	França	5	0,251
103	Maria Alice Gonçalves Loureiro	Samarão - Longos Vales	9	0,811
104	Rosa Cristina Meirim Afonso	Mazedo	4	0,595
105	Adriano Igrejas Lameiro	Agualva-Cacém	11	0,384
106	Manuel Nobre Rodrigues	Pereiras - Longos Vales	10	1,08
107	Maria da Glória Esteves Lourenço	Samarão - Longos Vales	13	0,692
108	Maria da Conceição Vaz Vaz	Souto Fiscal - Longos Vales	12	0,86
109	Fernando Manuel Morais	Souto Fiscal - Longos Vales	5	0,163
110	Maria Gonçalves Pereira	Samarão - Longos Vales	12	8,334
111	Sérgio de Carvalho Afonso Lages	Várzea - Longos Vales	43	5,37
112	Abílio Felgueiras Lourenço	Souto Fiscal - Longos Vales	10	0,65

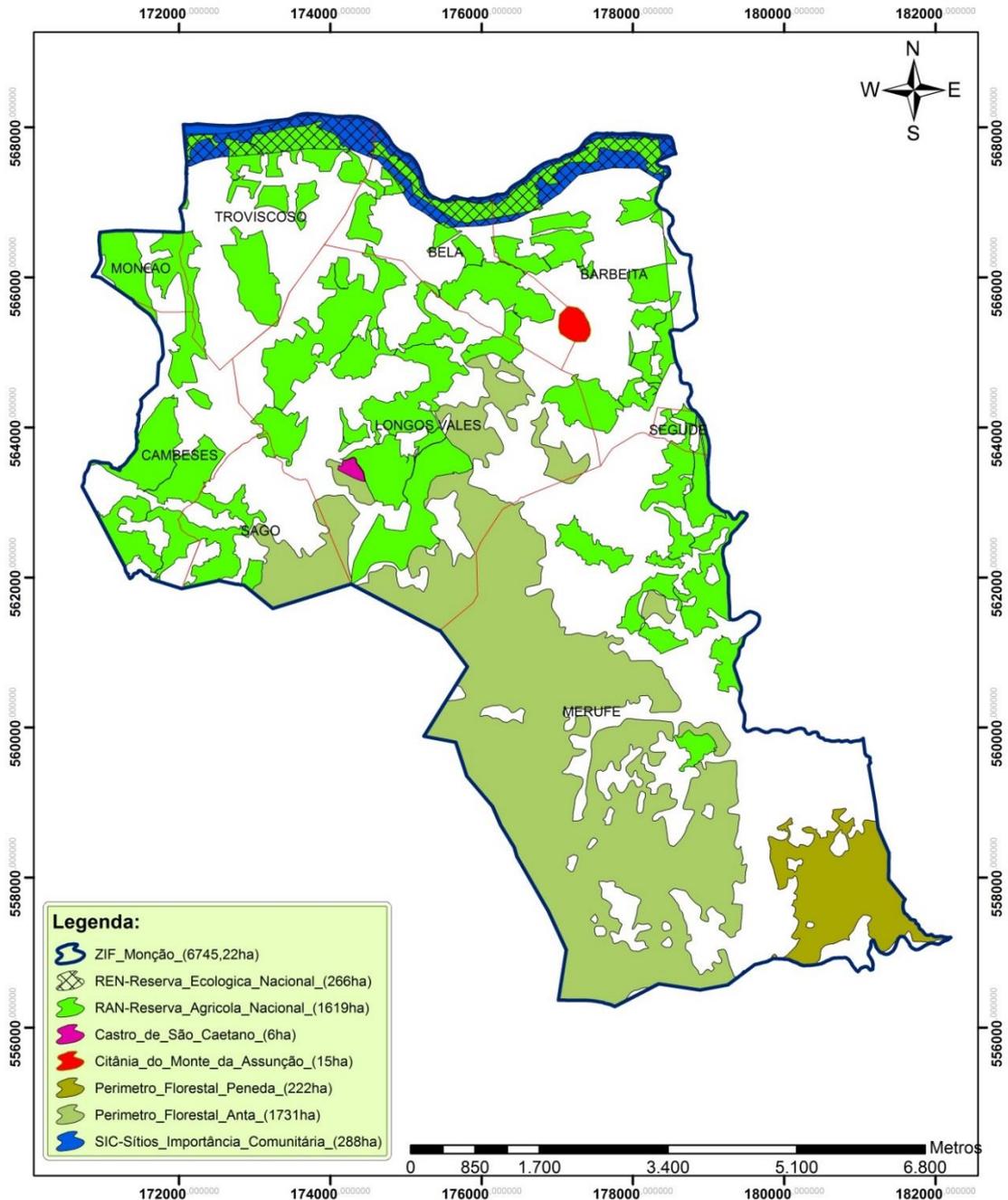
113	Maria de Fátima Pereira Gonçalves Paço	Vidal - Longos Vales	2	0,05
114	Piedade do Nascimento Domingues	Ribeiro - Merufe	4	1,73
115	Eugénio José Fernandes de Lima	Cabaçal - Merufe	4	1,01
116	Irene de Fátima Teixeira Dias	Palhares - Merufe	6	2,93
117	Silvina das Dores Gonçalves Real	Samarão - Longos Vales	12	2,96
118	Diamantino Fernandes Pereira	Sto André - Merufe	8	1,15
119	Jesuína Esteves Cabreiro	Bouças - Merufe	2	1,21
120	Maria de Fátima Rodrigues Dias	Pias - Merufe	5	2,39
121	Maria dos Prazeres Afonso Fernandes	Paço do Monte - Merufe	3	0,43
122	Diodo Afonso Fernandes		1	0,06
123	Ilda Rodrigues Esteves	Paço do Monte - Merufe	3	3,36
124	Manuel Custódio Caldas Fernandes	Granja de Cima - Merufe	5	2,53
125	Maria Rosa Cunha Gomes	Granja de Cima - Merufe	4	3,07
126	Glória dos Anjos Rodrigues Rodrigues	Granja de Cima - Merufe	5	2,39
127	Aparício Gonçalves Esteves	Bouças - Merufe	4	1,03
128	Maria Perpétua Pereira Esteves	Moulães - Longos Vales	12	2,07
129	Maria da Conceição Alves	Barreiras - Mazedo	2	0,348
130	José Luis Rodrigues Dias	Estrada dos Arcos - Monção	1	0,086
131	António Rodrigues Domingues	Ribeiro - Merufe	10	1,92
132	Paula Marisa Domingues Fernandes	Sto André - Merufe	2	0,208
133	Maria Cristina Gil Barreira	Granja de Baixo - Merufe	15	5,304
134	Sérgio Fernandes Gave	Portela do Alvite - Sistelo AVV	7	6,65
135	Margarida de Fátima Esteves Domingues	Sto André - Merufe	12	1,01
136	Maria das Dores Domingues Teixeira	Ribeiro - Merufe	8	1,334
137	Maria das Dores Gonçalves Alves	Pias - Merufe	8	2,5
138	Piedade do Céu Esteves Afonso	Paçô do Monte - Merufe	3	0,44
139	Augusto Rodrigues Gil	Granja de Cima - Merufe	12	4,242
140	Maria das Dores Afonso Fernandes Eira	Estrica - Sistelo AVV	9	1,584
141	Maria Pereira Vilas Esteves	Parada - Merufe	4	0,49
142	Amélia Alves Eiriz	Cimo de Vila	5	0,46
143	Fernanda Maria Rocha Lourenço	Longras - Merufe	12	3,7027
144	Maria Odete Barros Fernandes Cacho	Paçô do Monte - Merufe	1	1,9
145	Manuel Simplício Rodrigues	Real - Merufe	13	1,97
146	Irene Rodrigues Dias	Caldas das Taipas Guimarães	1	0,032
147	Manuel Severino Esteves Afonso	Granja de Baixo - Merufe	2	0,34
148	Laurinda Gonçalves Caldas Dias	Merim - Barbeita	7	2,8

149	Manuel Américo Oliveira Araújo Balbina dos Anjos Penteado	Sernades - Merufe	10	3,4
150	Esteves	Real - Merufe	3	0,572
151	Maria Emília Alves Fernandes	Dadim - Merufe	3	1,82
152	Aurora Rodrigues Domingues	Cima de Vila - Merufe	7	1,6
153	José Manuel Sousa Rodrigues	Sernades - Merufe	10	3,26
154	Ana Maria Pinhão Teixeira	Reguenga - Merufe	5	4,65
155	Aida Rodrigues Galvão	Sernades - Merufe	2	1,04
156	Manuel Luís Rodrigues Gomes	Boavista - Merufe	1	1
157	Ismael Joaquim Sousa Ribeiro Lima	Monção	1	1,26
158	Armando Afonso	Paço do Monte - Merufe	9	3,278
159	Manuel Alves Penteado	Real - Merufe	2	0,0645
160	Maria de Fátima Alves de Sousa Rodrigues	Sernades - Merufe	6	0,704
161	Maria Cerqueira Rodrigues	Dadim - Merufe	2	0,093
162	Daniel Rodrigues Esteves	Senra - Merufe	10	2,962
163	Maria de Fátima Esteves Gonçalves	Porto Cova - Sistelo AVV	1	0,19
164	Maria Custódia Gonçalves Esteves	Granja de Cima - Merufe	3	0,623
165	António Carvalho Domingues	Foro - Merufe	12	1,368
166	Maria Augusta Esteves Afonso	Serta - Tabaço AVV	7	1,755
167	Maria Domingues Pires	Rua Herois de Ultra Mar - Edf.Bela	4	1,033
168	Ana Isabel da Rocha Lourenço	Longras - Merufe	7	2,5125
169	Luís Lourenço Afonso	Sernades - Merufe	14	4,21
170	José Domingues Teixeira	Cimo de Vila - Merufe	9	0,727
171	Manuel Luís Esteves Oliveira	Granja de Cima - Merufe	1	0,15
172	Maria Rosa Esteves Oliveira Temporão	Granja de Cima - Merufe	1	0,15
173	Albertina Alves Gonçalves	Paço do Monte - Merufe	5	1,042
174	Ana Maria Afonso Lages	Sernades - Merufe	3	0,68
175	Esperança Pereira Rodrigues	Sernades - Merufe	1	0,14
176	Lucília Afonso Dias	Arado - Merufe	6	2,17
177	Carlos Alberto Alves Lourenço	Ribeiro - Merufe	5	1,23
178	António Caldas Martins	Gandarela - Troviscoso	3	0,38
179	Maria Albertina Pereira Vilas Gonçalves	Foro - Merufe	4	3,382
180	Manuel Américo Rodrigues Felgueiras	Vila - Monção	6	0,288
181	António Fernando Rodrigues Felgueiras	Serzedo - Longos Vales	4	0,334
182	Maria Dias Afonso	Estrica - Sistelo AVV	8	1,88
183	Isaura Braga Domingues Veloso	Lavandeira - Merufe	7	2,448
184	Maria Eulália Braga Veloso	Lavandeira - Merufe	8	1,7523
185	Américo de Araújo	Granja de Cima - Merufe	5	1,136
186	Manuel Lourenço Afonso	Granja de Baixo - Merufe	10	1,9205
187	Sidónio Gonçalves Pias	Granja de Baixo - Merufe	4	0,56

188	Maria Rosa Domingues Sousa	Sernades - Merufe	3	0,331
189	Maria da Conceição Pereira Pinto	Sernades - Merufe	8	2,189
190	Amador Alves Rodrigues	Pias - Merufe	4	0,581
191	Daniel Fernandes Dias	Salgueiro - Merufe	7	1,8494
192	Mabília da Conceição Rodrigues Fernandes	Senra - Merufe	7	2,138
193	Maria Amélia Domingues Afonso	Reguenga - Merufe	1	0,153
194	Helena Esteves Felgueiras Gaviz	Souto Fiscal - Longos Vales	41	4,911
195	Abílio Brito Domingues	Merim - Barbeita	5	1,837
196	Laura Augusta Pereira Esteves Barroso	Castelo - L.Vales	15	4,946
197	Manuel Rodrigues Enes	Sernades - Merufe	7	2,228
198	João Baptista Português Antunes	Milagres - Cambeses	2	0,945
199	José Jesus Oliveira	Cristelo - Troviscoso	1	0,986
200	Rosa Domingues Afonso Pereira	Fragueta - Podame	1	0,31
201	Aurora Rodrigues Gil	Granja de Baixo - Merufe	4	1,13
202	Sérgio Sousa Sousa	Granja de Cima - Merufe	5	1,45
203	Adélia Domingues Afonso	Granja de Baixo - Merufe	4	0,7185
204	António Domingues Afonso	Granja de Baixo - Merufe	3	0,307
205	Asdrubal Fernandes Pinhão	Estrada de São Pedro - Monção	3	0,9145
206	Maria das Dores Domingues Afonso	Granja de Baixo - Merufe	14	4,161
207	Antonino Afonso Pires	Granja de Baixo - Merufe	12	1,771
208	Manuel José Domingues Dias	Granja de Cima - Merufe	4	1,48
209	Dalila Lourenço Pereira	Milagres - Cambeses	8	6,33
210	Maria das Dores Domingues Domingues	Sernades - Merufe	8	0,986
211	Etelvira da Conceição Afonso Rodrigues	Granja de Baixo - Merufe	12	4,16
212	Margarida Maria Domingues Alves	Sto André - Merufe	7	3,274
213	António Severo da Cruz Português	Eirados - Mazedo	4	0,262
214	Sérgio Pereira Rodrigues	Campo Longo - Merufe	4	4,42
215	Idalina Pereira Rodrigues Farropas	Setúbal	1	0,1
216	Maria Pereira Rodrigues	Azevedo - Merufe	1	0,1
217	Adozindo Gonçalves Domingues	Granja de Baixo - Merufe	15	2,82
218	Manuel José Cruz Soares	Reguengo de Cima - Longos Vales	19	2,403
219	Marília Cardoso Regatão	Arado - Merufe	2	0,908
220	João José Rodrigues	Granja de Baixo - Merufe	4	0,857
221	Manuel Dias Couto	Velhas - L.Vales	1	0,082
222	Armando Gonçalves Lourenço	Velhas - L.Vales	18	3,141
223	Secundino Pedreira Pedreira	Monte do Rio - Sago	8	0,914
224	Maria das Dores Crespo	Burgo - Bela	1	2,146
225	Salvador do Souto Francisco	Guimil - Longos Vales	2	0,156
226	Fernando Gonçalves Esteves	Guimil - Longos Vales	2	0,261

227	Maria Alice Torres da Torre	Guimil - Longos Vales	4	2,071
228	Maria Esteves Oliveira	Currais - Merufe	2	0,269
229	Maria de Fátima Cerdeira Beites	Granja de Baixo - Merufe	3	0,481
230	Maria de Fátima Rodrigues e Rodrigues	Guimil - Longos Vales	4	2,68

Anexo B- Carta de Restrições de Utilidade Pública



Carta Restrições de Utilidade Pública		
	Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000.0000 False Northing: 300.000.0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:65.000
	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Agresta - Associação dos Agricultores do Minho	Elaboração: 18/03/2013

Anexo C- Acções Compatíveis na REN (Declaração de Retificação n.º 63-B/2008)

Ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/2007, de 3 de Maio, declara-se que o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 162, de 22 de Agosto de 2008, saiu com as seguintes inexactidões, que, mediante declaração da entidade emitente, assim se rectificam:

1 — Na alínea *l*) do n.º 2 do artigo 4.º, onde se lê:

«*l*) Zonas de protecção das águas de transição.»

deve ler-se:

«*l*) Faixas de protecção das águas de transição.»

2 — O anexo *ii* saiu com várias inexactidões, pelo que se rectifica, procedendo-se à sua republicação integral, na versão corrigida:

Usos e acções compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN

USOS E ACÇÕES COMPATÍVEIS COM OS OBJECTIVOS DE PROTECÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS DE ÁREAS INTEGRADAS NA REN	PROTECÇÃO DO LITORAL							SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA						PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS			
	Faixa marítima de protecção costeira	Praia e dunas	Barreiras artificiais	Sapais	Águas de transição	Faixa de protecção das águas de transição	Dunas costeiras e dunas fosséis	Arribas e faixas de protecção	Faixa terrestre e de protecção costeira	Lagos e lagoas	Albufeiras		Áreas comunitárias de protecção ou recarga de aquíferos	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	Áreas de instabilidade de vertentes	Zonas adjacentes	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar
											Leito	Faixa de protecção					
									Margem	Contígua à margem	Margem	Contígua à margem					
I - OBRAS DE CONSTRUÇÃO, ALIBRAÇÃO E AMPLIAÇÃO																	
a) <i>Atividades agrícolas efectuadas exclusivamente à exploração agrícola e instalação para transformação de produtos exclusivamente de exploração ou de carácter essencial directamente afectas à exploração agrícola.</i>																(1)	(1)
b) <i>Habituação para residência própria e habitual das agricultores.</i>																	
c) <i>Cabanas para sistemas de rega em áreas agrícolas > 4ha.</i>									(2)								(3)
d) <i>Pequenas construções de apoio aos sistemas de agricultura e floresta, actividades, energia e sistemas agrícolas, hidroeléctricas e industriais, cujo área de implantação seja igual ou inferior a 40 m2.</i>																(1)	(1)
e) <i>Ampliação de edificações existentes destinadas a usos industriais e de energia e sistemas agrícolas.</i>																	
f) <i>Ampliação de edificações existentes destinadas a empreendimentos de turismo no espaço rural, turismo de natureza e turismo de habitação.</i>																	
g) <i>Ampliação de edificações existentes destinadas a usos de habitação e outros usos abrangidos pelas alíneas e) e f), exclusivamente afectas a outros empreendimentos turísticos, equipamentos de recreio náutico, etc.</i>																	
h) <i>Muros de contenção e muros de suporte de terras desde que afetem ao limite da área do terreno, ou até mais 0,20 m acima dele.</i>																	

USOS E AÇÕES COMPATÍVEIS COM OS OBJECTIVOS DE PROTECÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS DE ÁREAS INTEGRADAS NA REN	PROTECÇÃO DO LITORAL										SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA						PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS					
	Faixa marítima de protecção do costeiro	Praias	Barreiras e defletores	Sapais	Águas de transição e leitos	Faixa de protecção das águas de transição	Dunas costeiras e charcos fósicos	Arribas e falésias de protecção	Faixa terrestre e de protecção do costeiro	Leitos e margens dos cursos de água	Lagos e lagoas			Albufeiras		Áreas esmerilhadas de protecção e recargas de aquíferos	Áreas de elevação risco de erosão hídrica do solo	Áreas de instabilidade de vertentes	Zonas adjacentes	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar		
											Leito	Margem	Cortigão	Leito	Margem						Cortigão	Cortigão
II – INFRAESTRUTURAS																						
a) <i>Projetos estruturais e infra-estruturas de rega e drenagem associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, captas de filtração, condutas, canais, incluindo levadas.</i>																						
b) <i>Clareos para fins agro-florestais e de sombra e coberto, com capacidade máxima de 2.000 m².</i>						(3)			(3)								(4)	(4)		(1)	(1)	
c) <i>Clareos para fins agro-florestais e de sombra e coberto com capacidade de 2.000 a de 50.000 m²</i>																	(4)	(4)		(1)	(4)	
d) <i>Infra-estruturas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reterretiros e plataformas de bombagem.</i>						(5)			(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)							
e) <i>Beneficiação de infra-estruturas portuárias e de acessibilidades marítimas existentes.</i>																						
f) <i>Produção e distribuição de electricidade a partir de fontes de energia renováveis.</i>		(6)							(6)													
g) <i>Antenas de rádio, telefonia e captas de telecomunicações.</i>																						
h) <i>Redes elétricas aéreas de baixa tensão, incluindo subestações.</i>						(5)			(3)													
i) <i>Redes elétricas aéreas de alta e média tensão, incluindo subestações.</i>						(3)			(3)													
j) <i>Instalações meteorológicas e rede de sensores digital</i>						(7)			(7)													
k) <i>Sistemas de prevenção contra inundações e outros sistemas de prevenção geológica</i>																						
l) <i>Redes urbanísticas elétricas e de telecomunicações e condutas de esgoto, incluindo pontos de transformação e pontos normatizados de esgoto.</i>						(7)	(7)		(5)											(5)	(5)	
m) BENEFICIAÇÃO DE VIAS RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS E DE CAMINHOS MUNICIPAIS EXISTENTES.																						
m-1) <i>Projetos beneficiação de rios e de canais municipais, com obras de sustentabilidade</i>																						
m-2) <i>Abrigo de plataformas e de faixas de rodagem e projetos corretivos de traçado.</i>																						
m-3) <i>Construção de mobilidade para separação de passagens de nível.</i>																						
m-4) <i>Construção de subestações de tração para eletrificação em refero de alimentação, em linhas existentes.</i>																						
n) <i>Descontorno, estabilização de taludes e de áreas em risco de erosão, nomeadamente obras de suporte e obras de correção terraplenagem.</i>																						

USOS E ACÇÕES COMPATÍVEIS COM OS OBJECTIVOS DE PROTECÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL, E DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS DE ÁREAS INTEGRADAS NA RZIN	PROTECÇÃO DO LITORAL							SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA						PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS					
	Faixa marítima de protecção do costeiro	Postas	Barreiras e defletores	Sapais	Águas de transição	Faixa de protecção das águas de transição	Dunas costeiras e dunas fixadas	Arribas e faixas de protecção	Faixa terrestre de protecção do costeiro	Lagos e lagoas	Lagos e lagoas		Albufeiras		Áreas comunitárias de protecção e recarga de aquíferos	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	Áreas de instabilidade de vertentes	Zonas adjacentes	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar
											Leito	Margem	Leito	Margem					
<i>f) Pôrto de rega de água à regadio e cambio a instalção de instalações de utilidade pública no perímetro.</i>					(4) (1)			(3) (2)				(4)		(4)	(4)				(4)
<i>g) Papocas, pontas, pontões e obras de alargamento das infra-estruturas existentes.</i>																			
III - SECTOR AGRÍCOLA E FLORESTAL																			
<i>a) Abrigo para produção agrícola em estruturas ligadas.</i>																			
<i>b) Agricultura em meandros (exclusivamente na área de actuação da Direcção Regional de Agricultura e Pesca de Norte).</i>																			
<i>c) Áreas nos regimes delimitados de interesse ambiental, frutícola e silvícola.</i>																			
<i>d) Plantação de olivais, amendoeiras, pomares e instalação de parcelas, com obtenção da topografia do solo.</i>									(2)										
<i>e) Abertura de caminhos de acesso ao sector agrícola e florestal.</i>									(2)					(4)	(4)				(4)
<i>f) Operações de florestação e reflorestação.</i>									(2)										
<i>g) Defesa de linhas de fronteira contra incêndios, desde que devidamente aprovadas pelas entidades municipais de defesa da floresta contra incêndios.</i>									(2)					(4)	(4)				(4)
<i>h) Áreas de controlo e cambio a regimes hídricos.</i>																			
<i>i) Áreas de controlo de vegetação espontânea decorrente de exigências legais no âmbito da aplicação de regime de condicionalidade de práticas agrícolas concorre.</i>																			
IV – AQUICULTURA																			
IV.1 – AQUICULTURA MARINHA																			
<i>a) Novos estabelecimentos de culturas marítimas em estruturas flutuantes.</i>																			
<i>b) Novos estabelecimentos de culturas marítimas em terra.</i>				(8)	(8)	(8)		(8)	(9)									(8)	(8)
<i>c) Reaproveitamento, manutenção e ampliação de estabelecimentos de culturas marítimas existentes e reconstrução de estruturas em estabelecimentos de culturas marítimas, incluindo estruturas de apoio à exploração de actividade.</i>																		(8)	(9)
IV.2 – AQUICULTURA DE ÁGUA DOCE																			
<i>a) Novos estabelecimentos de aquicultura em estruturas flutuantes.</i>																			
<i>b) Novos estabelecimentos de aquicultura em estruturas fixas.</i>																		(1)	(1)
<i>c) Reaproveitamento, manutenção e ampliação de estabelecimentos de aquicultura existentes, incluindo estruturas de apoio à exploração de actividade.</i>																		(1)	(1)

USOS E AÇÕES COMPATÍVEIS COM OS OBJECTIVOS DE PROTECÇÃO ECOLÓGICA E AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE RISCOS NATURAIS DE ÁREAS INTEGRADAS NA REIN	PREVENÇÃO DO LITORAL										SUSTENTABILIDADE DO CICLO DA ÁGUA						PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS			
	Faixa marítima de protecção costeira	Praias	Barreiras defensivas	Sapais	Águas de transição para leitos	Faixa de protecção das águas de transição	Dunas costeiras e charcos finos	Árbitos e faixas de protecção	Faixa natural e de protecção costeira	Leitos e margens dos cursos de água	Lagoas e lagos		Albufeiras		Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos	Áreas de elevada risco de erosão hídrica do solo	Áreas de instabilidade de vertentes	Zonas adjacentes	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar	
											Leito	Margem	Leito	Margem						Áreas de protecção
V – PROSPECÇÃO E EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS																				
<i>a) Abertura de sondas com extensão superior a 30 m ou profundidade superior a 6m e largura da base superior a 1m.</i>																				
<i>b) Abertura de sondas de extensão inferior a 30 m, profundidade inferior a 6 m e largura da base inferior a 1m.</i>																				
<i>c) Sondagens mecânicas e outras ações de prospecção e pesquisa geológica de âmbito localizadas.</i>																				
<i>d) Novas explorações ou ampliação de explorações existentes.</i>																		(1)	(1)	
<i>e) Avaras de exploração existentes à zona de exploração.</i>																		(1)	(1)	
<i>f) Abertura de condutas de água ao ar livre.</i>																				
<i>g) Exploração de minerais de superfície para obtenção artificial de pedras</i>																				
VI – EQUIPAMENTOS, RECREIO E LAZER																				
<i>a) Espaços não estruturados de instalações militares.</i>																				
<i>b) Equipamentos e espaços de zonas de recreio balnear e à actividade náutica de recreio em águas interiores, bem como infra-estruturas associadas.</i>																				
<i>c) Equipamentos e espaços de praia, bem como infra-estruturas associadas à actividade de praia recreativa.</i>																		(2)	(2)	
<i>d) Espaços sendo espaços de utilização recreativa.</i>									(2)											
<i>e) Abertura de trilhas e condutas pedonais/ciclovias destinados à recreação e interpretação ambiental e de descoberta do património, incluindo pequenas estruturas de apoio.</i>									(2)											
VII – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESPECIALIZADAS																				
<i>Instalação de campos de golfe, existentes em áreas urbanas.</i>																		(1)	(1)	

- (1) Apenas nas zonas ameaçadas pelas cheias
- (2) Apenas na margem
- (3) Apenas em áreas exteriores à margem
- (4) No caso das charcas com capacidade inferior a 30.000m³ e com fins de defesa da floresta contra incêndios e outras infra-estruturas florestais, aprovadas pelas comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios estão isentas de autorização ou de comunicação prévia.
- (5) Nestas áreas só podem ser autorizadas as redes
- (6) Na margem só podem ser autorizadas as redes
- (7) Na margem está sujeita a autorização
- (8) Nestas áreas só pode ser autorizada a localização da tubagem de captação e rejeição de água.
- (9) Apenas nas zonas ameaçadas pelo mar.

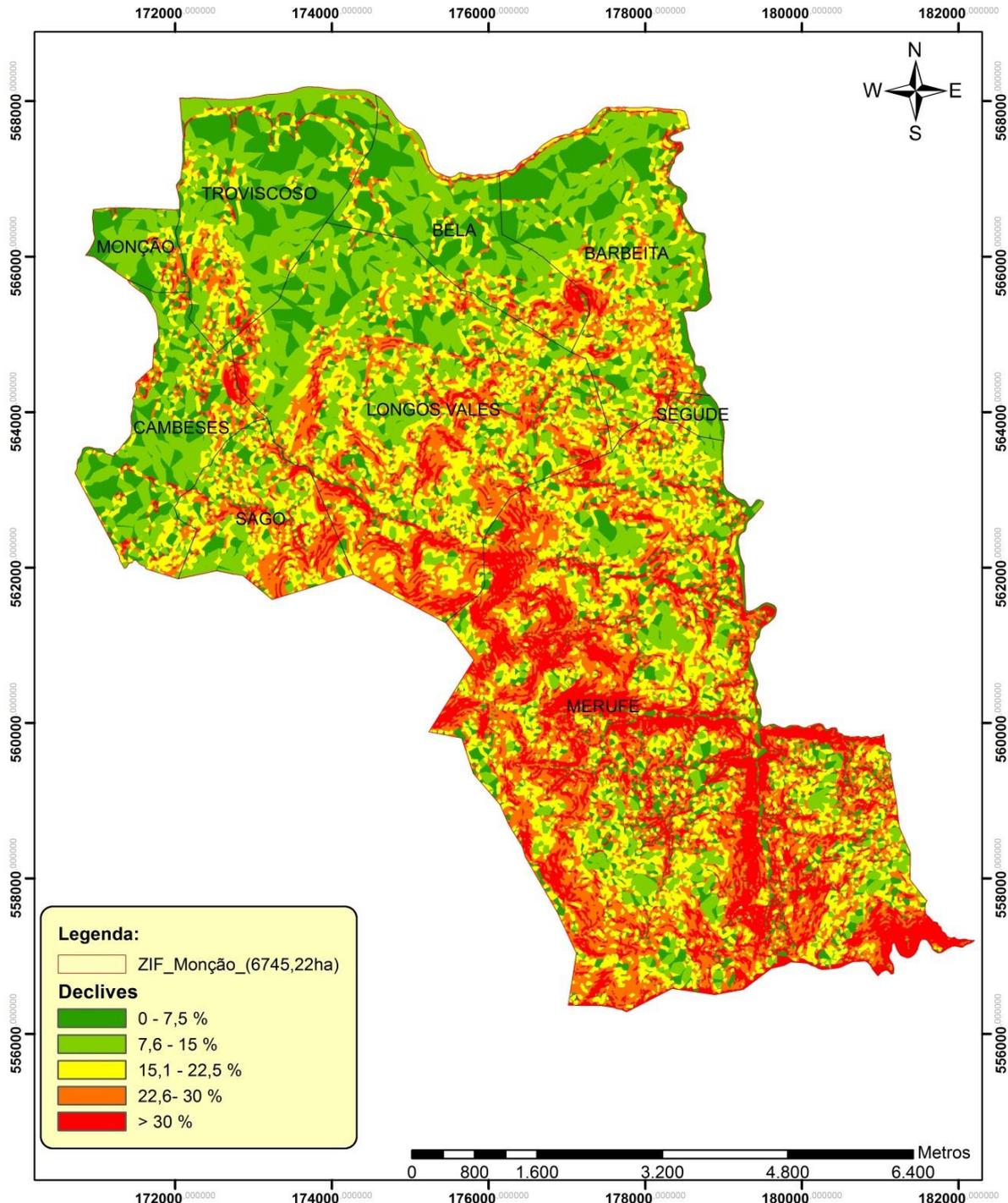
Legenda

	Áreas de REN onde são interditos usos e acções nos termos do artigo 20.º.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão sujeitos a autorização.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão sujeitos a comunicação prévia.
	Áreas de REN onde os usos e acções referidos estão isentos de autorização ou de comunicação prévia.

Centro Jurídico, 21 de Outubro de 2008. — O Director-Adjunto, *Pedro Delgado Alves*.

Fonte: Diário da República, 1ª série- N.º204 – 21 de Outubro de 2008

Anexo D- Carta de Declives



Legenda:

ZIF_Monção_(6745,22ha)

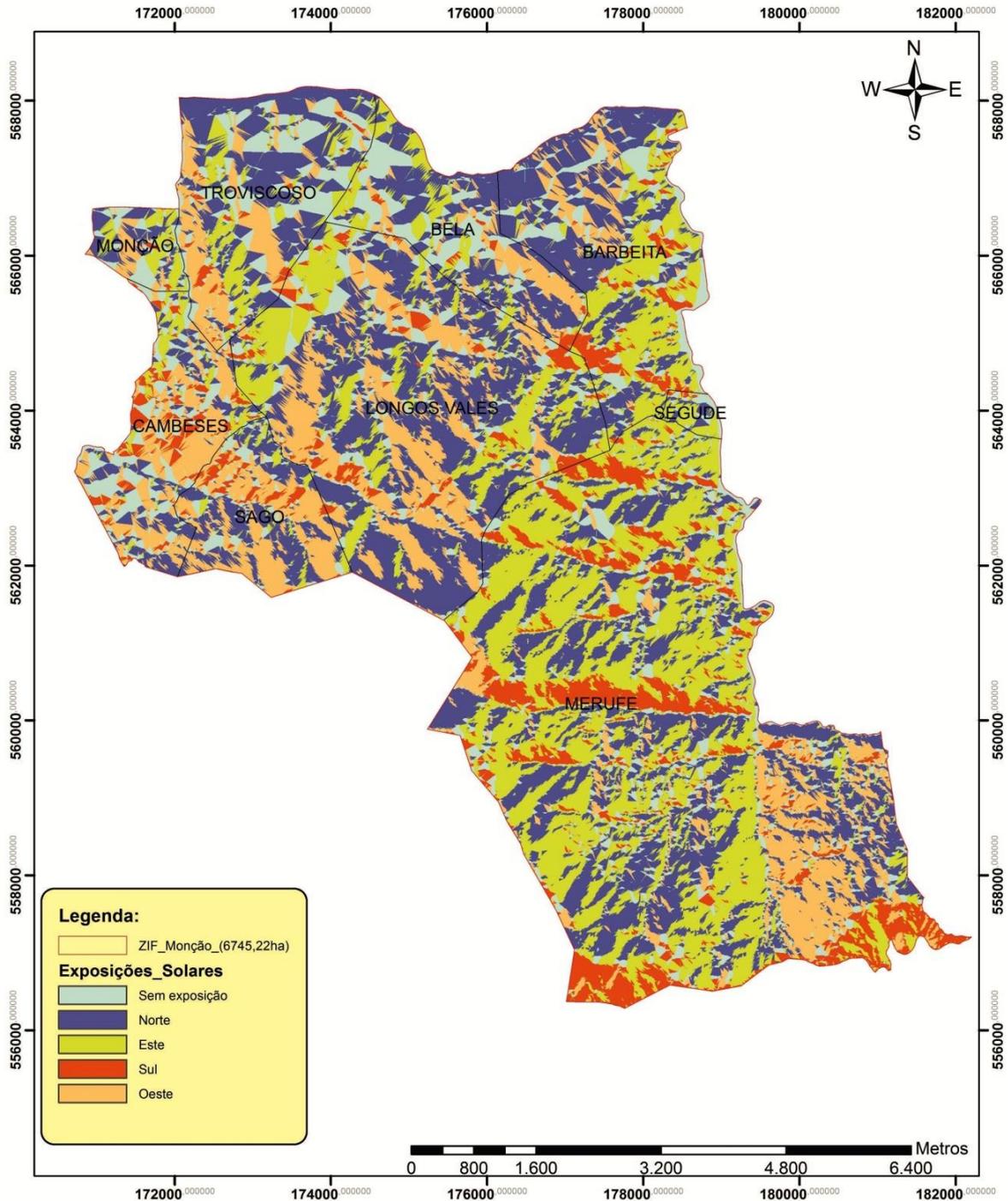
Declives

- 0 - 7,5 %
- 7,6 - 15 %
- 15,1 - 22,5 %
- 22,6- 30 %
- > 30 %



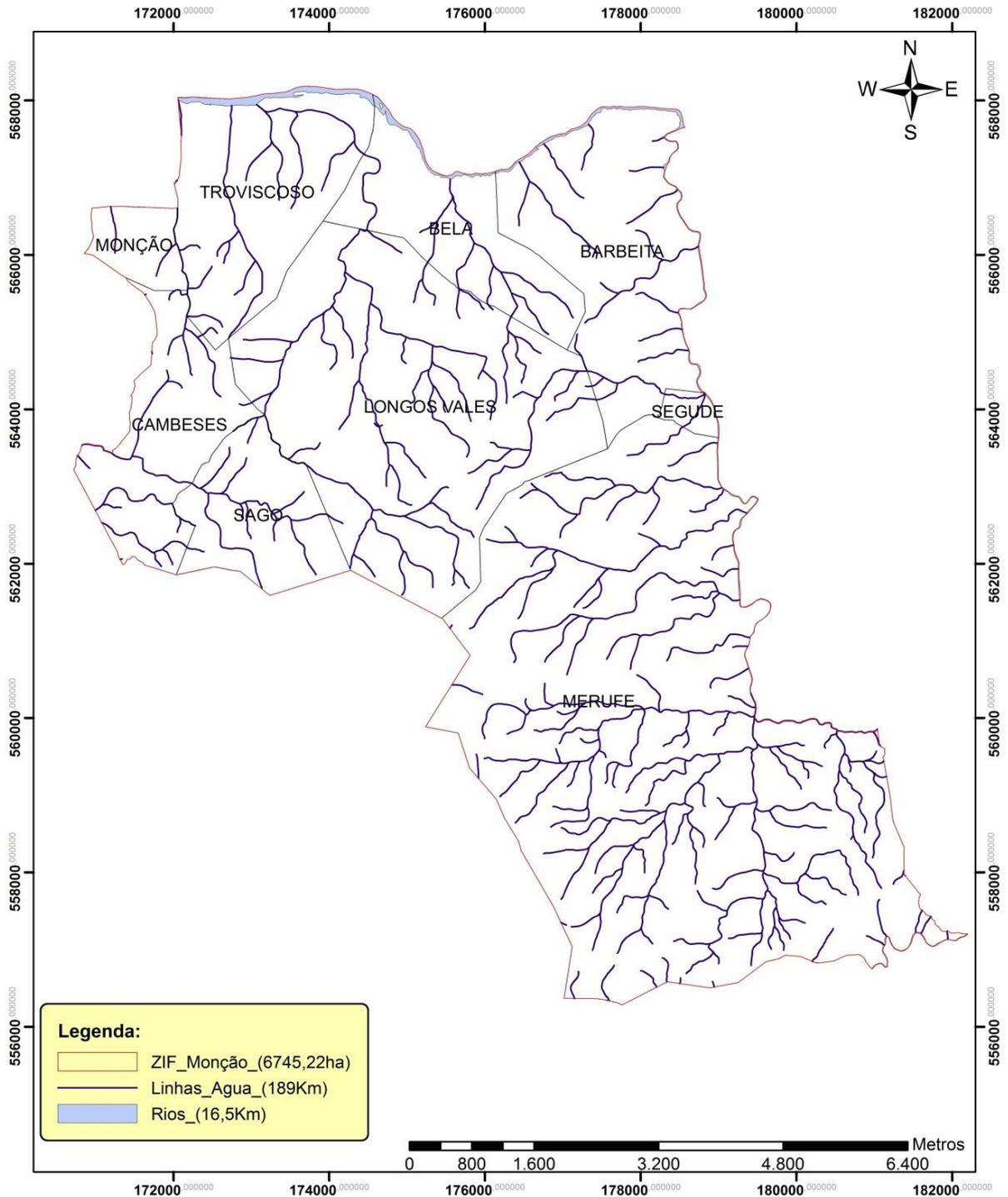
Carta de Declives		
Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000,0000 False Northing: 300.000,0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:63.000	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Monção
	Elaboração: 08/05/2012	

Anexo E- Carta de Exposições Solares



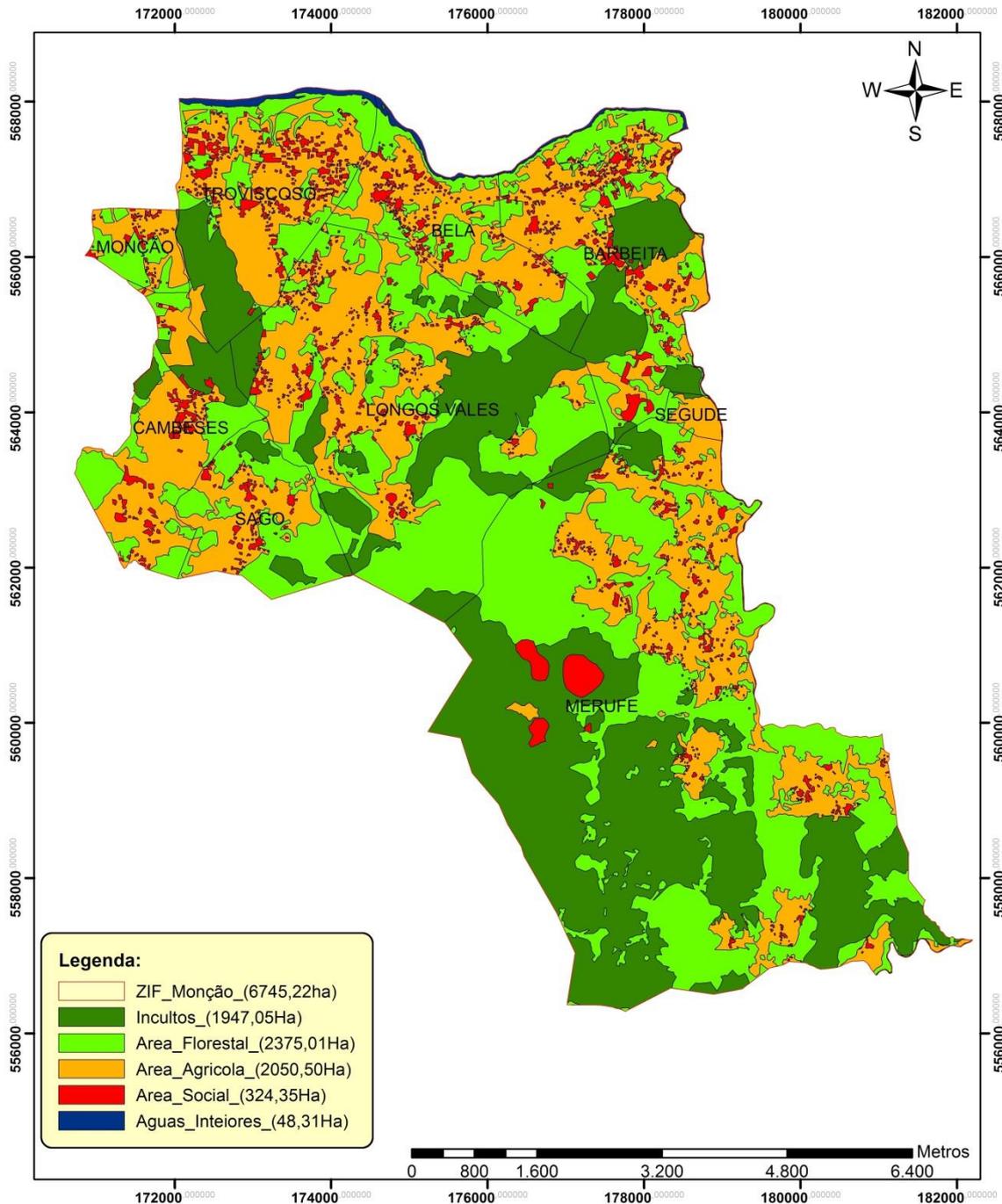
Carta de Exposições		
	Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000,0000 False Northing: 300.000,0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:63.000
	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Monção	Elaboração: 08/05/2012

Anexo F- Carta Hidrográfica



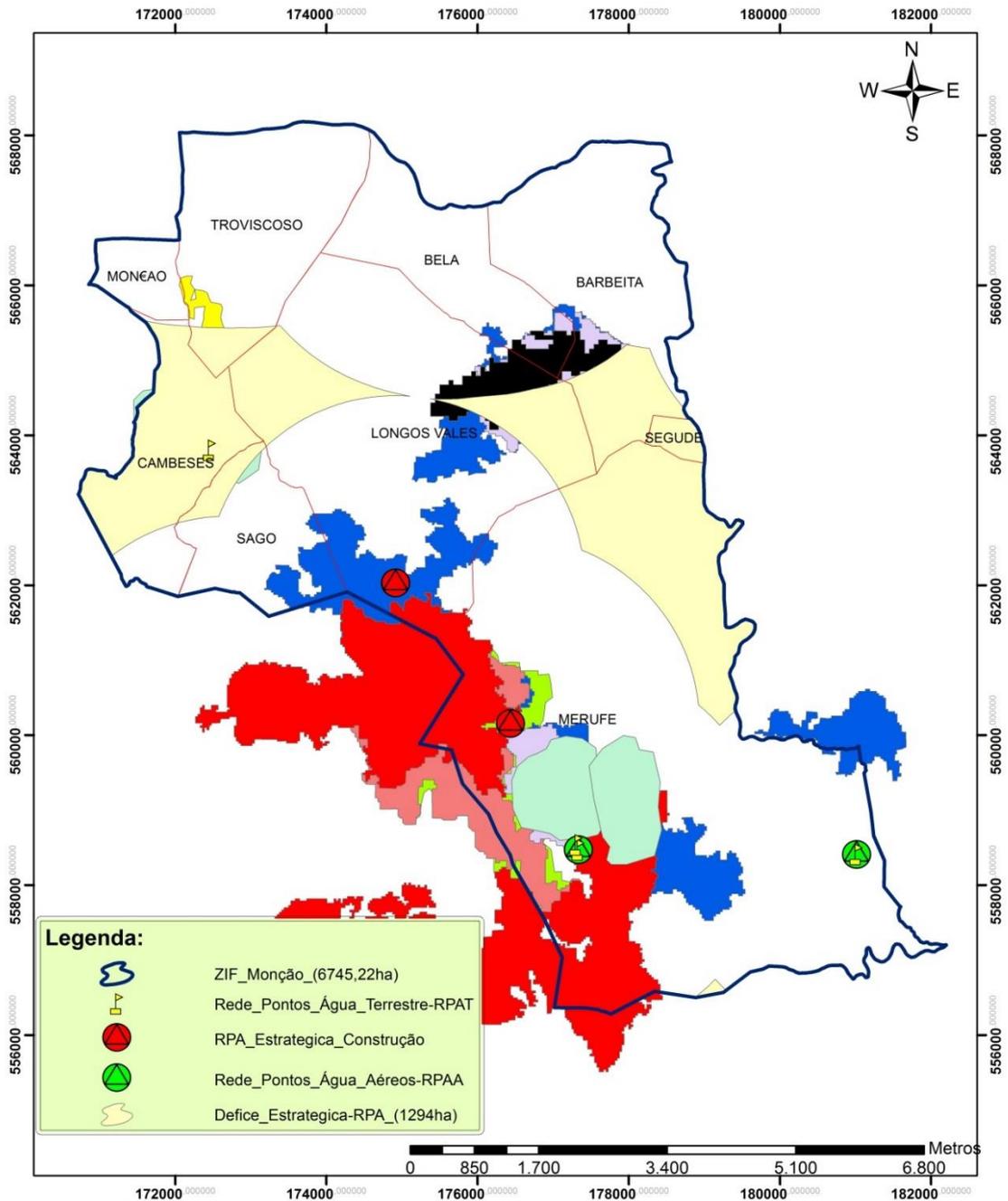
Linhas de Água		
	Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000,0000 False Northing: 300.000,0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:63.000
	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Serviço Municipal de Proteção Civil Câmara Municipal de Monção	Elaboração: 09/05/2012

Anexo G- Mapa de Uso e Ocupação do Solo



	Ocupação do Solo		
	Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000,0000 False Northing: 300.000,0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:63.000	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Agresta - Associação dos Agricultores do Minho
	Elaboração: 09/05/2012		

Anexo H- Carta da rede de pontos de água e grandes Incêndios



	Carta Rede de Pontos de Agua / Grandes Incendios		
	Sistema de coordenadas: Coordinate System: Lisboa Hayford Gauss IGeoE Projection: Transverse Mercator Datum: Datum Lisboa Hayford False Easting: 200.000,0000 False Northing: 300.000,0000 Central Meridian: -8,1319 Scale Factor: 1,0000 Latitude Of Origin: 39,6667 Units: Meter	Escala: 1:65.000	Fonte(s): - Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) CAOP (versão 2012.0) - Agresta - Associação dos Agricultores do Minho
	Elaboração: 15/03/2013		

Anexo I- Inquérito de Adesão e Participação na Zona de Intervenção Florestal de Monção

Inquérito de Adesão e Participação na Zona de Intervenção Florestal de Monção

Inquérito nº

Data da realização do inquérito/...../.....

Identificação

Idade -
Sexo -
Freguesia -
Situação Profissional -

1 - Aderiu á Zona de Intervenção Florestal (ZIF) com a totalidade das suas parcelas, situadas na área da ZIF? Sim Não

1.1 Se não, qual o motivo? _____

2 - Qual o número de parcelas com que aderiu? _____

3 - Qual o principal uso das parcelas que possui na ZIF?

Agrícola Olival Floresta Matos Outros: quais? _____

4 - No caso de possuir parcelas de floresta, quais as espécies Florestais mais representativas?

Pinheiros Eucalipto Sobreiro Carvalhos Outros: quais? _____

5 - Exploras as parcelas com fins agrícolas ou florestais?

Sim Não

6 - Contratou nos últimos anos, alguma empresa de limpeza ou manutenção de terrenos agrícolas ou florestais?

Sim Não

7 - Quais as razões que o levaram a aderir à ZIF?

1 - Beneficiar de apoio técnico especializado e gestão profissional na(s) sua(s) parcela(s)

2 - A pequena dimensão dos terrenos não justificava investimentos próprios na gestão florestal

3 - Maior segurança face aos incêndios florestais

4 - Maior segurança face a pragas e doenças

5 - Contribuir para um melhor ordenamento e planeamento do espaço rural abrangido pela ZIF

6 - Beneficiar de medidas de apoio financeiras para a gestão florestal

7 - Falta de capacidade financeira para investimento próprio na gestão florestal

8 - Pouco tempo ou disponibilidade para a gestão florestal ou exploração da(s) sua(s) parcela(s)

9 - As parcela(s) não eram aproveitadas devido às características do(s) terreno(s) (maus solos, declives/inclinação)

10 - Por aconselhamento de outros proprietários/produtores florestais

11 - Outras: quais? _____

8 - Nos últimos 5 anos, alguma das suas parcelas foram afectadas directamente por incêndios florestais?

Sim Não

8.1 - Se sim, quais?

Agrícola Olival Florestal Matos Outros: quais? _____

9 - Acredita que a adesão à ZIF lhe irá trazer benefícios?

Sim Não

10 - Encontra-se informado quanto aos seus direitos e deveres enquanto aderente da ZIF?

Sim Não

11 - Já beneficiou da adesão à ZIF?

Sim Não

11.1 - Se sim, quais?

1 - Apoio técnico especializado ou aconselhamento

2 - Acções de proteção contra incêndios

3 - Acções de proteção contra pragas e doenças

4 - Apoio financeiro

5 - Maior rendimento da(s) sua(s) parcela(s)

6 - Serviços prestados pelos sapadores florestais

Outros: quais? _____

12 - Num futuro próximo, estaria interessado a entregar por inteiro a gestão das suas propriedades (sem abdicar dos direitos de proprietário) à entidade gestora da ZIF?

Sim Não Não Sei

13 - Está satisfeito com o decorrer do processo de adesão e participação na ZIF?

Sim Não

Anexo J- Apresentação dos resultados da análise dos Inquéritos realizados aos proprietários aderentes à Zona de Intervenção Florestal de Monção

Identificação		Sócios Aderentes n=100							
Idade (anos)	Xmin	Xmax	18-30	31-45	46-60	61-100	Média		
	19	86	8	19	33	40	57		
Sexo (%)	Masculino	Feminino							
	46	54							
Freguesia (%)	Barbeita	Bela	Cambeses	Longos Vales	Merufe	Monção	Sago	Segude	Troviscoso
	9	11	6	37	30	0	3	1	3
Situação Profissional (%)	Desempregado	Empregado	Reformado						
	21	37	42						

Perguntas	Sócios Aderentes n=100					
	Sim	Não				
1- Adesão da totalidade das parcelas	89	11				
1.1- Se não, Qual o motivo?	Documentos	Delimitação	Partilhas			
	6	3	2			
2- Número de Parcelas com que Aderiu	1	2-5	6-10	mais de 10		
	9	22	38	31		
3- Principais Usos das Parcelas	Agrícola	Olival	Florestal	Matos	Outros	
	13	2	74	36	2	
4- Espécies Florestais mais representativas (n=74)	Pinheiros	Eucalipto	Sobreiros	Carvalhos	Castanheiros	Acácias
	57	22	5	8	3	13

5- Explora as parcelas com fins Agrícolas ou Florestais?	Sim	Não								
	69	31								
6- Contratou empresa/particular para limpeza ou manutenção?	Sim	Não								
	47	53								
7- Razões para a adesão á ZIF	Razão1	Razão 2	Razão 3	Razão 4	Razão 5	Razão 6	Razão 7	Razão 8	Razão9	Razão10
	82	73	68	35	21	43	39	31	11	36
8- Parcelas afetadas por incêndios nos últimos anos	Sim	Não								
	38	62								
8.1- Se sim, quais?	Agrícolas	Olival	Florestal	Matos	Outros					
	2	0	26	17	0					
9- Benefícios com a adesão á ZIF	Sim	Não								
	97	3								
10- Encontra-se informado dos direitos e deveres?	Sim	Não								
	71	29								
11- Já beneficiou da adesão à ZIF?	Sim	Não								
	22	78								
11.1- Se sim, quais?	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6	Opção 7			
	17	0	2	0	3	1	0			
12- Entrega da Gestão das propriedades á entidade gestora	Sim	Não	Não Sei							
	26	30	44							
13- Satisfação com a adesão e participação na ZIF	Sim	Não								
	71	29								